



VIANA DO CASTELO

VIANA acolhe com AMOR



plano municipal para a integração dos migrantes viana do castelo 2018 | 2020



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA



REPÚBLICA
PORTUGUESA



SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ACM
ALICERÇAMENTO PARA AS MIGRAÇÕES, IP

Ficha Técnica

TÍTULO

Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Viana do Castelo | 2018-2020

EQUIPA TÉCNICA

Margarida Torres (Coordenação)

Carina Ramos (Apoio Técnico)

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Viana do Castelo

IMAGEM

Nuno Araújo

Viana do Castelo

Índice

Índice	1
1. ENQUADRAMENTO	1
2. DIAGNÓSTICO LOCAL	3
2.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	3
2.2. INDICADORES DEMOGRÁFICOS DISTRITAIS E CONCELHOS	4
2.3. A IMIGRAÇÃO EM VIANA DO CASTELO	5
2.4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA	7
3. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES	33
3.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA	34
3.2. DIMENSÃO OPERACIONAL	36
3.2.1. Mercado de trabalho e empreendedorismo	37
3.2.2. Educação e Língua	38
3.2.3. Capacitação e formação	39
3.2.4. Cultura	41
3.2.5. Cidadania e Participação Cívica	42
3.2.6. Serviços de Acolhimento e Integração	44
3.2.7. Saúde	45
3.2.8. Solidariedade e resposta social	46
3.2.9. Media e sensibilização da opinião pública	47
3.2.10. Racismo e discriminação	48
3.2.11. Relações internacionais	50
3.2.12. Urbanismo e Habitação	49
3.2.13. Religião	50
3.2.14. Desporto e Lazer	51
4. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	53
4.1. Monitorização e Avaliação	53
4.2. Avaliação de processo	54
4.3. Meios de verificação	54
5. ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO	58
5.1. Cronograma	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
ANEXOS	Erro! Marcador não definido.

Índice de tabelas

<i>Tabela 1 - Distribuição das principais comunidades de NPT no Concelho de Viana do Castelo</i>	7
Tabela 2 - Distribuição dos cidadãos inquiridos por país de origem.....	8
<i>Tabela 3 - Distribuição dos planos a médio/ longo prazo dos inquiridos</i>	20
<i>Tabela 4 - Distribuição dos inquiridos face ao acesso e utilização das novas tecnologias</i>	25
<i>Tabela 5 - Distribuição do número de inquiridos recenseados para votar</i>	25
<i>Tabela 6 - Número de cidadãos inquiridos pertencentes a uma associação</i>	26
Tabela 7 - Número de cidadãos inquiridos que desenvolvem ações de voluntariado	26
<i>Tabela 8 - Distribuição do número de inquiridos que já recebeu apoio social</i>	28
<i>Tabela 9 - Distribuição dos inquiridos face ao interesse em dinamizar oficinas sobre a cultura do país de origem</i>	31

Índice de Quadros

Quadro 1 - Resumo da dimensão estratégica do PMIM.....	35
Quadro 2 - Dimensão operacional para a área de mercado de trabalho e empreendedorismo	38
Quadro 3 - Dimensão operacional para a área de Educação e Língua	39
Quadro 4 - Dimensão operacional para a área de Capacitação e Formação.....	40
Quadro 5 - Dimensão operacional para a área de Cultura	41
Quadro 6 - Dimensão operacional para a área de Cidadania e Participação Cívica	43
Quadro 7 - Dimensão operacional para a área de Serviços de Acolhimento e Integração	44
Quadro 8 - Dimensão operacional para a área de Saúde.....	46
Quadro 9 - Dimensão operacional para a área de Solidariedade e Resposta Social	47
Quadro 10 - Dimensão operacional para a área de Media e Sensibilização da Opinião Pública	48
Quadro 11 - Dimensão operacional para a área de Racismo e Discriminação	49
Quadro 12 - Dimensão operacional para a área Relações Internacionais.....	50
Quadro 13 - Dimensão operacional para a área do Urbanismo e Habitação	50
Quadro 14 - Dimensão operacional para a área de Desporto e Lazer	52
Quadro 15 - Listagem dos meios de verificação correspondentes a cada medida do PMIM	55
Quadro 16 - Tipologia, âmbito de intervenção e perfil por unidade orgânica do Modelo de Governação definido para o PMIM.....	58
Quadro 17 - Cronograma de operacionalização das medidas previstas	60

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da duração da estadia em Portugal dos cidadãos estrangeiros inquiridos	9
Gráfico 2 - Distribuição da escolaridade dos cidadãos estrangeiros inquiridos, por sexo.....	9
Gráfico 3 - Distribuição dos motivos pelos quais os cidadãos estrangeiros inquiridos deixaram o país de origem.....	10
Gráfico 4 - Distribuição dos motivos pelos quais os cidadãos inquiridos escolheram Portugal como país de destino	11
Gráfico 5 - Distribuição da situação legal dos inquiridos	11
Gráfico 6 - Distribuição dos cidadãos estrangeiros acompanhados pela família, quando migraram para Portugal.....	12
Gráfico 7 - Distribuição das principais redes de apoio aos NPT	13
Gráfico 8 - Distribuição das áreas em que os NPT sentiram maiores dificuldades	13
Gráfico 9 - Distribuição do tipo de habitação onde vivem os inquiridos.....	14
No que diz respeito à avaliação dos inquiridos em relação ao local onde residem, é possível verificar (Gráfico 10) que 62% dos inquiridos avalia a localização da habitação como <i>Boa</i> , tal como 48% avalia face ao tamanho da mesma. No que diz respeito ao estado de conservação, 45% refere que a habitação está <i>Razoável</i> . O valor da renda foi uma questão a que uma maior percentagem de inquiridos preferiu não responder (23%). Porém cerca de 30% avaliou como <i>Mau</i> o valor da renda.	15
Gráfico 11 - Avaliação dos inquiridos face à habitação onde residem.....	15
Gráfico 12 - Distribuição da situação profissional dos inquiridos.....	17
Gráfico 13 - Distribuição do grau de satisfação dos inquiridos relativamente à profissão que exerce..	17
Gráfico 14 - Distribuição do tipo de contrato de trabalho dos cidadãos NPT inquiridos	19
Gráfico 15- Distribuição do interesse por parte dos inquiridos em criar o próprio negócio.....	19
Gráfico 16 - Distribuição do domínio da língua portuguesa pelos inquiridos	21
Gráfico 17- Distribuição das línguas maternas existentes entre os inquiridos.....	21
Gráfico 18 - Distribuição do número de inquiridos que já frequentou uma formação profissional	22
Gráfico 19 - Distribuição do interesse em frequentar cursos de formação por parte dos inquiridos	23
Gráfico 20 - Áreas de interesse para cursos de formação, por parte dos inquiridos	23
Gráfico 21 - Distribuição das atividades praticadas nos tempos livres pelos inquiridos	24
Gráfico 22 - Distribuição da participação dos inquiridos em festas/convívios organizados em Viana do Castelo.....	24
Gráfico 23 - Distribuição dos dados relativos à saúde dos inquiridos	27
Gráfico 24 - Distribuição das dificuldades dos inquiridos relativamente aos serviços públicos portugueses	30
Gráfico 25 - Distribuição das religiões existentes entre os inquiridos.....	31
Gráfico 26 - Distribuição do interesse dos inquiridos face às diferentes modalidades desportivas	32

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde do Alto Minho
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho
AEVC	Associação Empresarial de Viana do Castelo
AJD	Associação Juvenil de Deão
ANDC	Associação Nacional de Direito ao Crédito
ASSOCIAM	Associação sociólogos do alto Minho
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS	Conselho Local de Ação Social
DAS	Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo
EDV	Escola Desportiva de Viana
EPMVC	Escola Profissional de Música de Viana do Castelo
ESS-IPVC	Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
GAE	Gabinete de Apoio ao Emigrante
GAF	Gabinete de Atendimento à Família
GCS	Gabinete Cidade Saudável da Câmara Municipal de Viana do Castelo
GEED-ESE-IPVC	Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
GRIC	Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação da Câmara Municipal de Viana do Castelo
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISS, IP	Instituto da Segurança Social, Instituto Público
NPT	Nacionais de Países Terceiros
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDSS	Plano de Desenvolvimento Social e da Saúde
PEM	Plano Estratégicos para a Migração
PMII	Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
PMIIVC	Plano Municipal para a Integração de Imigrantes do Concelho de Viana do Castelo
SEF	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SGEAE	Setor de Gestão Espaços de Atividades Económicas da Câmara Municipal de Viana do Castelo
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
ULSAM	Unidade Local de Saúde do Alto Minho

NOTA DE ABERTURA

O povo português tem uma facilidade incrível de adaptação a outras culturas e tradições, resultado da nossa história pelos mares do mundo, facto que nos deve orgulhar verdadeiramente.

O Município de Viana do Castelo é um bom exemplo no que respeita a esta temática, nomeadamente na integração de migrantes na comunidade. Com o primeiro plano municipal de integração de imigrantes demos um grande passo na valorização e consciencialização para este tema.

Acolher e integrar são pressupostos essenciais para qualquer país ser reconhecido a nível mundial como um bom local para se viver. O Município de Viana do Castelo tem pautado por acolher e integrar cidadãos sem nunca deixar que estes se esqueçam das suas origens. E este é também um ponto muito relevante, as origens, podemos e devemos promover uma interação de culturas, aprender e ensinar, garantindo assim um grande enriquecimento cultural da nossa população. Temo-lo feito, e os resultados são visíveis de parte a parte.

O Município de Viana do Castelo através das várias atividades que desenvolve ao longo do ano, sensibiliza a população em geral para a importância da integração e de um bom acolhimento dos migrantes. Esta sensibilização é fundamental, uma vez que os nossos cidadãos, melhor que ninguém, podem transmitir os conhecimentos e a confiança necessária, para que a fixação de migrantes seja feita de forma adequada, podendo até acelerar o processo de adaptação.

As referidas atividades são de uma diversidade exemplar, estas, têm como base temas pertinentes para o desenvolvimento de qualquer cidadão, desde o emprego, à juventude, ao voluntariado, à saúde, à segurança, entre muitos outros.

Saliente-se que esta dinâmica, e a própria elaboração do plano, não seria possível sem um vasto conjunto de parceiros que colaboram na implementação da estratégia definida pelo município.

Posto isto, esperamos que este novo plano, seja mais um grande passo para uma sociedade cada vez mais igual.

Carlota Borges
Vereadora da Coesão Social

1. ENQUADRAMENTO

O concelho de Viana do Castelo, com uma população de 85.445 habitantes (INE, 2016) é, atualmente, constituído por 27 freguesias, sendo uma região caracterizada pela hospitalidade, pela diversidade e pelas tradições. Pela sua particular situação geográfica, rio, mar e monte, e próxima da fronteira com a Espanha, Viana do Castelo sempre foi terra de alguma oscilação demográfica.

Seguindo a tendência do país que, durante séculos, se caracterizou por ser um país de emigrantes, também o concelho de Viana do Castelo sente as marcas deste movimento, sobretudo no que se refere às freguesias do interior e de montanha, que foram perdendo população, muito por via dos fluxos migratórios. Contudo, e a par do que se verifica ao nível nacional, embora com menor expressão, no final do século XX e princípio do século XXI, tornou-se também local de destino de população estrangeira, oriunda dos países lusófonos, do Brasil e de países de leste.

Consciente dos impactos que os movimentos migratórios têm nos territórios, seja ao nível social, económico, de saúde ou, até, político, os governos locais com maior ou menor relevância têm colocado este fenómeno na agenda política e traçado algumas estratégias de acolhimento e integração desta população.

O concelho de Viana do Castelo, não sendo marcadamente um território de destino de imigrantes, acolhe, contudo, um número relativamente expressivo de nacionais de países terceiros, que, pela diversidade de nações que representam e consequente diversidade cultural, desde a primeira década deste século, tem vindo a desenvolver uma política de acolhimento direcionada a esta população centrada, sobretudo, em duas vertentes:

- a. Atendimento, informação e apoio em todo o processo do acolhimento e integração dos imigrantes, através do CLAIM, que está integrado na Cáritas Diocesana de Viana do Castelo e na Rede CLAIM do Alto Comissariado para as Migrações (ACM);
- b. Desenvolvimento, pelo Município, de programas, projetos e atividades culturais e de lazer, direcionados à população migrante e comunidade de acolhimento, no sentido de promover a interculturalidade.

Daí que, no âmbito da aprovação do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM), pela resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015, o Município de Viana do Castelo se propôs elaborar o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMIIVC) para o período 2015-2017, que envolveu 28 parceiros dos setores público, privado e associativo, tendo como meta a operacionalização de 71 medidas de integração, distribuídas por 12 áreas de intervenção.

Embora algumas destas metas não tenham sido totalmente atingidas, o balanço do PMIIVC foi muito positivo, já que outras foram largamente superadas, nomeadamente no que toca à integração no mercado de trabalho, onde foi possível empregar oito NPT, bem como no que se refere ao lazer e à cultura, cujas atividades desenvolvidas contribuíram, em grande medida para o fomento da coesão

social, da interculturalidade e, conseqüentemente da efetiva integração na comunidade de acolhimento.

Tendo em conta os resultados do PMIIVC e a evidência da necessidade de se dar continuidade às políticas de acolhimento e integração de migrantes, o Município de Viana do Castelo, candidatou-se ao Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI), para a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Viana do Castelo (PMIMVC) que vigorará no período 2018-2020 e que, a exemplo do Plano anterior, se baseia nos eixos do PEM e no diagnóstico local.

2. DIAGNÓSTICO LOCAL

2.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada para a elaboração do PMIMVC partiu do pressuposto que as estratégias para a integração dos imigrantes não podem dissociar-se do conhecimento de ações e planos anteriores e vigentes, da participação das populações-alvo do plano e dos seus representantes e da realidade presente.

Assim, a metodologia de conceção do PMIMVC implicou procedimentos de auscultação às entidades e profissionais que trabalham diretamente com o público-alvo deste plano, à comunidade de acolhimento e à população migrante que reside atualmente no Município de Viana do Castelo. Esta auscultação teve como intuito não só identificar as necessidades no acolhimento e integração de migrantes como também envolver os cidadãos, desde a fase de planeamento, no sentido de se implementarem medidas que respondam às necessidades desta população.

Neste contexto, a recolha de informação necessária foi obtida através das seguintes fontes oficiais:

1. Instituto Nacional de Estatísticas (INE), Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e Instituto de Emprego e Formação profissional (IEFP) para a obtenção de dados estatísticos da população, a nível nacional e local;
2. Aplicação de um inquérito por questionário junto de cidadãos estrangeiros residentes no concelho;
3. Auscultação de cidadãos estrangeiros e da comunidade de acolhimento em duas sessões de *focus group*;
4. Solicitação de informação, a nível institucional, junto das entidades locais, nomeadamente Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituto de Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas, Escolas Profissionais, Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM);
5. Reuniões com a Equipa de Migrantes e com os parceiros financeiros e não financeiros do PMIIVC (2015-2017).
6. Conversas individuais, de cariz informal, com cidadãos NPT, uma vez que neste registo se sentiam mais à vontade para expor preocupações e dificuldades do seu quotidiano;

Foi também agendada uma auscultação às juntas de freguesia do concelho de Viana do Castelo, tendo em conta os resultados dos inquéritos por questionário aplicados às mesmas. Esta reunião teria como finalidade o envolvimento das Juntas de Freguesia na elaboração do PMIM, visto que a grande maioria respondeu não ter conhecimento do plano anterior.



Imagem 1- Registo fotográfico das sessões de focus group dos dias 20/12/2017 e 7/2/2018, respetivamente

2.2. INDICADORES DEMOGRÁFICOS DISTRITAIS E CONCELHIOS

No que diz respeito aos movimentos populacionais no Alto Minho em geral e no concelho de Viana do Castelo em particular, a Região do Alto Minho acolhe cerca de 233 813 habitantes (INE, 2016), o que representa cerca de 6,5% da Região Norte e 2,3% da população do país. A população residente no Alto Minho decresceu cerca de 4% entre 2011 e 2016, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos Municípios menos povoados.

No Concelho de Viana do Castelo, a população residente é constituída por 85 445 habitantes (INE, 2016) sendo que, destes, 45 317 são mulheres (53%) e 40 128 são homens (47%). Entre 2011 e 2016 registou-se uma variação populacional de 3,5% correspondendo a um decréscimo de 3 077 habitantes.

A densidade populacional do Concelho de Viana do Castelo é de 267,8 habitantes por Km². Na zona litoral do Concelho emerge um importante contínuo urbano de elevado número de alojamentos que polarizam uma parte significativa da população residente em contraste com a população do interior dispersa pelo território e caracterizada com uma baixa densidade populacional.

A evolução da taxa de natalidade está a decrescer na região Norte e Alto Minho, tal como no país, mas no concelho de Viana do Castelo a quebra é menos acentuada registando, em 2016, um valor de 7,6 nados-vivos por 1000 habitantes, menos 0,2 pontos percentuais face a 2011. Quanto à taxa de mortalidade na Região do Alto Minho, houve um aumento do valor, estando atualmente nos 12,5 óbitos por 1.000 habitantes. Em Viana do Castelo, esta, fixou-se em 2016 num valor de 10,1 óbitos por 1000

habitantes, mais 0,9 pontos percentuais face a 2011. Do cruzamento da evolução destas variáveis demográficas, verifica-se que nos últimos 5 anos houve uma inversão da tendência com as taxas de mortalidade a serem superiores às de natalidade.

O crescimento total de uma população é a consequência direta do movimento natural e migratório, ou seja, da evolução da natalidade, da mortalidade e dos movimentos migratórios. Assim, no concelho de Viana do Castelo, verifica-se uma diminuição da taxa de crescimento efetivo (saldo total), bem como do Saldo Natural ou Fisiológico.

O índice de envelhecimento evidencia níveis particularmente desfavoráveis no Alto Minho, superando os valores médios nacionais e da Região Norte. Em Viana do Castelo, em 2016, por cada 100 jovens existiam 173 idosos, ou seja, um aumento de +37% face a 2011 (136 idosos por cada 100 jovens) o que se torna relevante no progressivo envelhecimento populacional.

Relativamente à esperança média de vida do Alto Minho, o Índice de Longevidade, indicador de medida do envelhecimento que compara o peso dos idosos mais jovens com o peso dos idosos menos jovens, confirma a tendência para o envelhecimento demográfico. Na região do Alto Minho o valor em 2016 é de 53,8, registando um aumento face a 2011 (48,6).

2.3. A IMIGRAÇÃO EM VIANA DO CASTELO

De acordo com o Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2017), Portugal possui desde 2011 um saldo migratório negativo, apesar de, desde 2013 se encontrar em fase de recuperação ficando mais aproximado o número de pessoas que entram e que deixam o país. Esta mudança no sentido dos saldos migratórios foi consequência da crise económica e financeira que abalou o país nos últimos anos. Porém, e tal como é possível verificar através dos dados revelados pelo SEF, o número de estrangeiros a viver em Portugal aumentou 2,3% em 2016 face a 2015, invertendo a tendência de descida que se verificava desde 2010, ainda que se mantenha num valor negativo.

No que se refere aos dados estatísticos sobre o fluxo migratório em Portugal, de acordo com o SEF, a comunidade migrante com título de residência válido representava 3,9% da população residente no ano de 2016. Tal como se tem verificado desde 2002, as três nacionalidades estrangeiras numericamente mais representativas em Portugal são: a brasileira (20,4%), seguida da cabo-verdiana (9,2%) e da ucraniana (8,7%).

Tal como é referido no Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2017), é possível verificar, através dos dados nacionais, que a distribuição da população estrangeira no país não é homogénea, sendo dois dos grandes fatores da distribuição geográfica as oportunidades de trabalho e as redes sociais de apoio.

No concelho de Viana do Castelo, a comunidade migrante representa cerca de 1,3% da população residente, 1 114 cidadãos entre 85 445 habitantes (INE, 2016), o que significa que, também em Viana

do Castelo, se regista uma subida do número de migrantes em relação a 2015 (onde se registava 1 037 migrantes). Por sua vez, as cinco comunidades mais representativas no Concelho são a brasileira (24,2%), a espanhola (13,7%), a ucraniana (8,7%), a francesa (8,4%) e a chinesa (7,1%). Sendo, que em relação a 2015, a comunidade espanhola ultrapassou a ucraniana, ficando agora com uma diferença de cinco pontos percentuais.

No que concerne aos Nacionais de Países Terceiros (NPT), a quem se destina este plano, estes representam apenas 0,8% dos cidadãos residentes em Viana do Castelo, sendo as comunidades brasileira (42,2%), ucraniana (15,2%) e chinesa (12,3%) as que têm maior expressão, tal como verificado em 2015 durante a conceção do PMIIVC. No grupo das dez comunidades mais representativas inserem-se, também, Cabo Verde, Angola, Síria, São Tomé e Príncipe, Colômbia, Rússia e Noruega, de acordo com a Tabela 1. Comparando os dados da tabela 1 com os dados mencionados no PMIIVC (2015-2017), é possível verificar que a Moldávia e o Nepal deram lugar à Síria e à Colômbia que passaram a integrar a lista das dez comunidades NPT com mais representatividade numérica em Viana do Castelo.

Relativamente à composição da população estrangeira por sexo, os dados de 2015 e 2016 do SEF confirmam a tendência de feminização dos fluxos migratórios para Portugal, tal como se tem observado desde 2012. Em 2016 existia uma diferença de 3 pontos percentuais entre os dois sexos, sendo que o sexo feminino representava 51,5% da população estrangeira residente em território nacional e o sexo masculino 48,5%. Segundo o Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2017), a imigração feminina deixou de estar somente associada ao reagrupamento familiar, havendo um número crescente de mulheres que migram por decisão própria e autónoma.

De acordo com os dados disponibilizados pelo SEF, o concelho de Viana do Castelo segue a mesma tendência do país face a 2016, sendo as mulheres estrangeiras predominantes com 58,6%. Tal como é observado a nível nacional, também em Viana do Castelo a nacionalidade Brasileira é a mais representativa no que se refere ao sexo feminino (28,1%). No que diz respeito às restantes nove nacionalidades NPT mais representativas em Viana do Castelo, também a nacionalidade Cabo Verdiana, Angolana, Síria, Colombiana e a Norueguesa possuem uma percentagem mais elevada de mulheres face aos homens. Ao contrário do que é observado no país, a comunidade chinesa feminina também é mais significativa do que a masculina em Viana do Castelo.

Tabela 1- Distribuição das principais comunidades de NPT no Concelho de Viana do Castelo

NPT	Total	Homens	Mulheres	Total (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
	640	265	375	100%	41,4%	58,6%
Brasil	270	90	180	42,2%	14,1%	28,1%
Ucrânia	97	49	48	15,2%	7,7%	7,5%
China	79	37	42	12,3%	5,8%	6,6%
Cabo Verde	31	13	18	4,8%	2,0%	2,8%
Angola	29	11	18	4,5%	1,7%	2,8%
Síria	15	6	9	2,3%	0,9%	1,4%
São Tomé e Príncipe	10	6	4	1,6%	0,9%	0,6%
Colômbia	9	4	5	1,4%	0,6%	0,8%
Rússia	8	4	4	1,3%	0,9%	0,6%
Noruega	7	3	4	1,1%	0,5%	0,6%

Fonte: SEF, 2016

No que diz respeito à distribuição etária da população migrante e portuguesa, de acordo com o Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2017), na população migrante existe uma maior concentração nas idades ativas entre os 20-49 anos (61,5%), enquanto a população portuguesa, no mesmo intervalo de idades, representa apenas 38,5% dos seus cidadãos. Esta concentração pode ser justificada pela razão que leva os cidadãos a deixarem o seu país de origem, nomeadamente a procura de melhores condições de vida (razões económicas ou laborais).

2.4. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO INQUIRIDA

Para a recolha de informação relativa a necessidades específicas da população migrante residente no concelho de Viana do Castelo, foi elaborado um inquérito por questionário, dividido por nove capítulos e quarenta e três questões que, para além da caracterização sociodemográfica, abarcam as áreas fundamentais para uma boa integração na comunidade, como a área do emprego, formação, saúde, educação, língua, entre outras.

Do total de cidadãos NPT residentes no concelho, 640, tal como mencionado na tabela 1, foi retirada uma amostra de 10% para distribuição do questionário, dos quais 48% são do sexo masculino e 52% do sexo feminino.

No que diz respeito aos países de origem dos cidadãos NPT inquiridos verifica-se, conforme tabela 2, que 34,4% são cidadãos provenientes de *São Tomé e Príncipe*, 12,5% do *Brasil*, 11% da *Síria* e 6,3% da *Ucrânia*. A elevada representatividade da população proveniente de São Tomé e Príncipe diz respeito a

um conjunto de jovens que iniciou em 2017 um curso profissional em Técnico de Comércio em Viana do Castelo.

Tabela 2 - Distribuição dos cidadãos inquiridos por país de origem

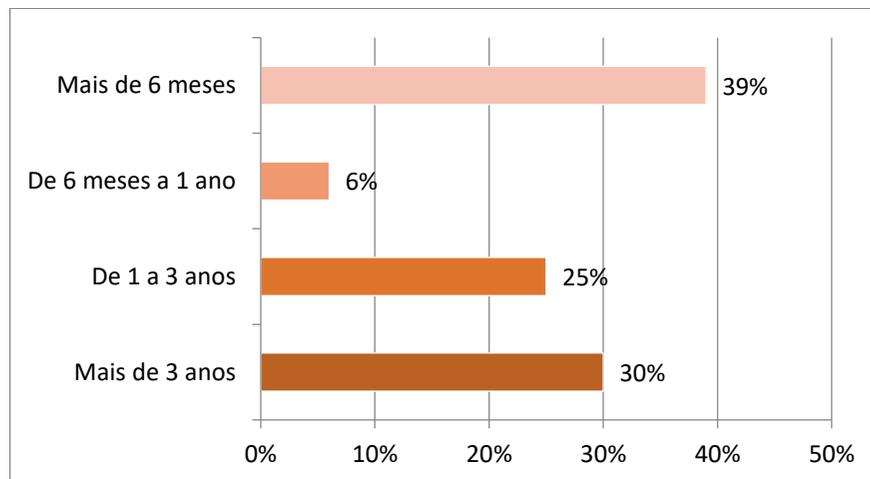
NPT	Total	Homens	Mulheres	Total (%)
	64	33	31	100%
São Tomé e Príncipe	22	11	11	34,4%
Brasil	8	2	6	12,5%
Síria	7	3	4	11%
Ucrânia	4	2	2	6,3%
Nepal	3	1	2	4,7%
China	3	2	1	4,7%
Moldávia	2	1	1	3%
Paquistão	2	2	0	3%
Cabo Verde	1	1	0	2%
Angola	1	1	0	2%
Colômbia	1	0	1	2%
Venezuela	1	0	1	2%
EUA	1	1	0	2%
Guiné Conacri	1	1	0	2%
Serra Leoa	1	0	1	2%
Marrocos	1	1	0	2%
Argentina	1	0	1	2%
India	1	1	0	2%
Chile	1	0	1	2%
Cuba	1	0	1	2%
Rússia	1	1	0	2%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

Pela análise das respostas ao inquérito por questionário, verifica-se (Gráfico 1) que a maioria dos NPT inquiridos reside em Portugal há *Menos de seis meses* (39%) e apenas 6 % chegou a Portugal entre *6 meses a 1 ano*. Em relação a 2015, houve um aumento muito significativo de inquiridos a referirem estar em Portugal há *Menos de seis meses* (de 4% subiu para 39%), devido essencialmente à situação anteriormente mencionada dos jovens provenientes de São Tomé e Príncipe. Porém, se excluirmos a amostra dos jovens em questão, o número de inquiridos que refere ter chegado a Portugal há *Mais de*

três anos continua a ser o mais elevado, com uma representação de 30%, logo seguido De 1 a 3 anos com 25%.

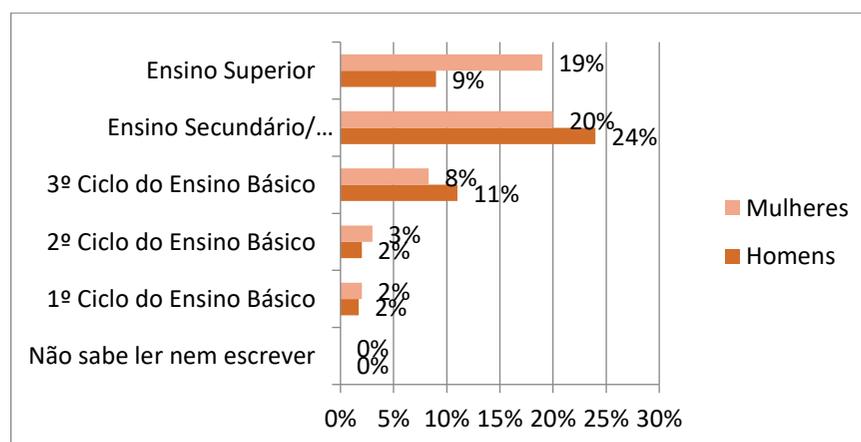
Gráfico 1 - Distribuição da duração da estadia em Portugal dos cidadãos estrangeiros inquiridos



Tal como referido no Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2017), a educação e as qualificações da população estrangeira são características importantes para enquadrar no processo de integração das comunidades de acolhimento. No que concerne às habilitações literárias dos inquiridos (Gráfico 2), verificou-se que a maioria possui o *Ensino Secundário ou Profissional* (44%), e que há uma percentagem significativa da população com *Ensino Superior* (28%).

No mesmo gráfico, pode ainda observar-se a distribuição da escolaridade por sexo. Os homens têm maior representatividade, apesar de pouco significativa, na população com o *Ensino Secundário ou Profissional* e as mulheres, uma maior representação a nível do *Ensino Superior*.

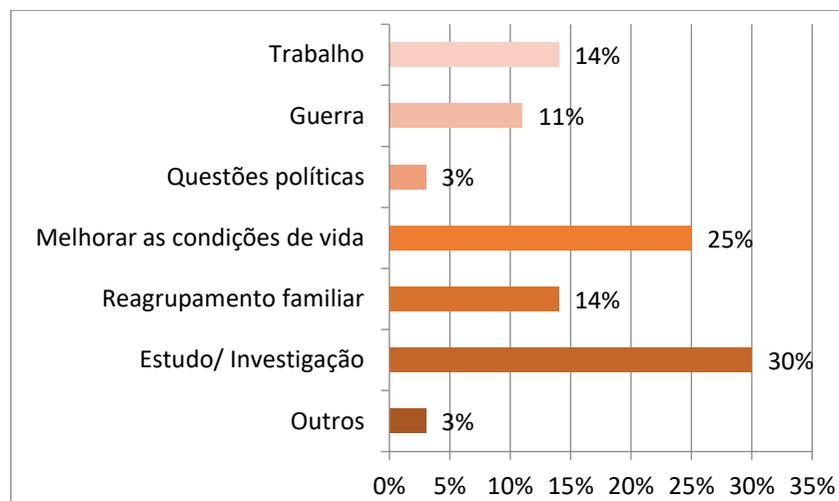
Gráfico 2 - Distribuição da escolaridade dos cidadãos estrangeiros inquiridos, por sexo



No que diz respeito aos principais motivos pelos quais a maioria dos cidadãos deixou o seu país de origem, 30% dos inquiridos respondeu *Estudo/investigação*, 25% procura de *Melhores condições de vida*, 14% *Reagrupamento familiar*, 14% *Trabalho*, 11% *Guerra*, 3% por *Questões políticas* e 3% assinalou *Outros* (Gráfico 3). Em *Outros* foram mencionados motivos como: a *Reforma* e a *Violência instalada no país de origem*.

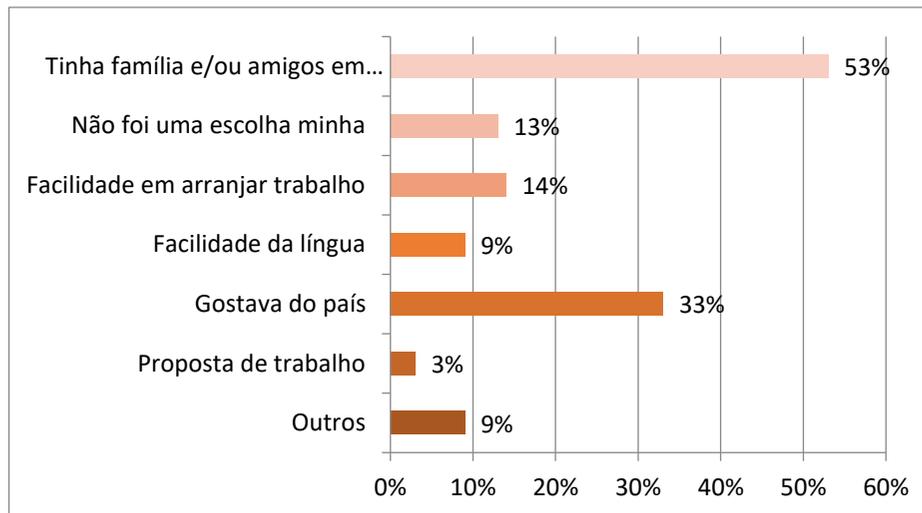
Segundo o Observatório das Migrações (Oliveira, C. R. e Gomes, N., 2017), nos últimos anos a entrada de estudantes estrangeiros ganhou importância relativa nos fluxos de migração. Apesar do decréscimo verificado de alunos estrangeiros no ensino básico e secundário no ano letivo de 2015/2016 em comparação com o ano letivo de 2014/2015, houve em Viana do Castelo um aumento significativo relacionado com a frequência de alunos estrangeiros no ensino profissional com equivalência ao 12º ano.

Gráfico 3 - Distribuição dos motivos pelos quais os cidadãos estrangeiros inquiridos deixaram o país de origem



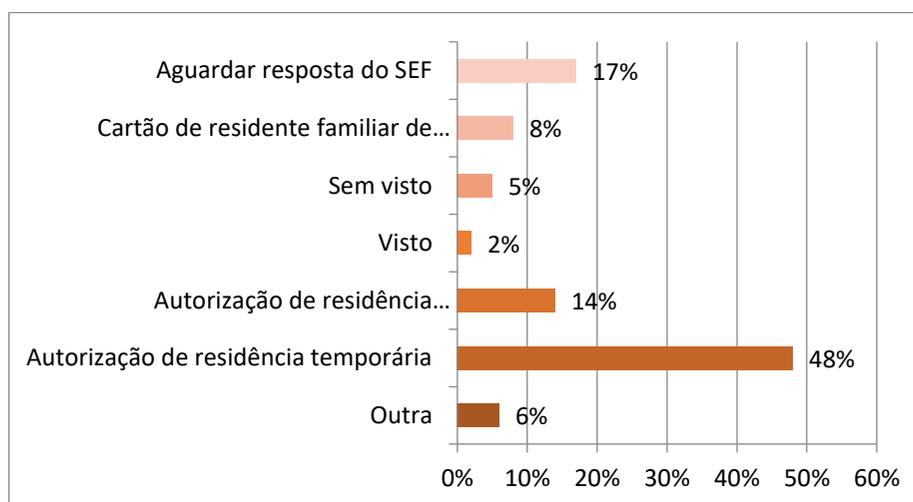
Relativamente ao motivo de Portugal ser escolhido como país de destino (Gráfico 4), e tal como foi também verificado no plano anterior, o facto do estrangeiro *Ter família e/ou amigos em Portugal* continua a ser um dos principais motivos (53%). Porém, 33% afirmou *Gostar do país*, 14% referiu a *Facilidade em arranjar trabalho*. Foram indicados *Outros* motivos por 9% dos inquiridos, entre os quais, a cultura, a participação numa formação profissional ou até o facto de o marido/esposa ser de nacionalidade portuguesa.

Gráfico 4 - Distribuição dos motivos pelos quais os cidadãos inquiridos escolheram Portugal como país de destino



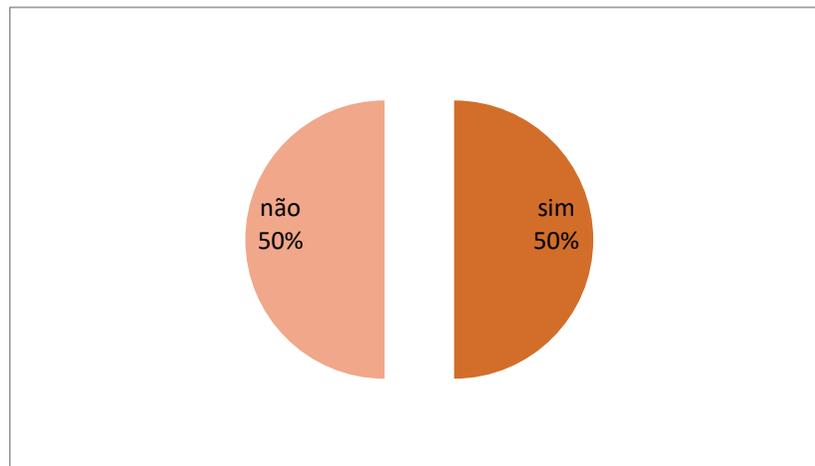
Atualmente, e mantendo o analisado no plano anterior, é possível verificar que a maior parte dos cidadãos inquiridos (52%) está em Portugal com *Título de residência temporário* (Gráfico 5). Os 7% que responderam *Outra* são os cidadãos que já possuem nacionalidade e, como tal, cartão de cidadão português. Há, ainda, cidadãos a *Aguardar resposta do SEF* (17%), com *Autorização de Residência Permanente* (12%), com *Cartão residente de familiar de cidadãos da União Europeia* (8%), *Sem visto* (5%) e com *Visto regular* (2%).

Gráfico 5 - Distribuição da situação legal dos inquiridos



Do total de inquiridos, de acordo com o gráfico abaixo (Gráfico 6), quando questionados sobre se vinham acompanhados pela família, 50% referiu que *Sim*, 50% referiu que *Não*.

Gráfico 6 - Distribuição dos cidadãos estrangeiros acompanhados pela família, quando migraram para Portugal



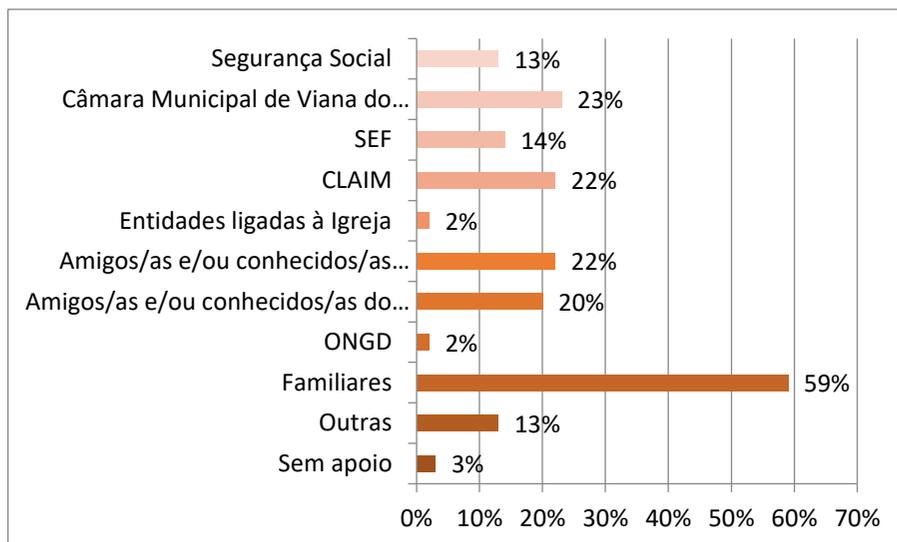
Serviços de acolhimento e integração

Tal como é possível verificar no Gráfico 7, desde que chegaram a Portugal, os cidadãos estrangeiros inquiridos receberam apoio principalmente de *Familiares* (59%), da *Câmara Municipal de Viana do Castelo* (23%), de *Amigos/as e/ou conhecidos/as portugueses* (22%) e do *CLAIM* (22%). O facto de ser notório um crescente apoio no que diz respeito ao apoio dado por parte de cidadãos portugueses a migrantes é bastante positivo, pois permite analisar e aferir a maior sensibilização da comunidade de acolhimento para a integração da população migrante. Porém, 3% da população inquirida mencionou que *Não teve qualquer ajuda ou apoio*, tendo que desenvolver estratégias que lhes permitissem alcançar o pretendido. No referido gráfico observa-se, também, uma barra *Outros*, da qual foi destacado principalmente IPSS e entidades privadas.

Através do inquérito por questionário e do *focus group* realizado a 7 de fevereiro de 2018, foi possível aferir que muitos estrangeiros ainda não têm conhecimento das redes institucionais a que se podem dirigir de forma a solicitar orientação e apoio na sua integração.

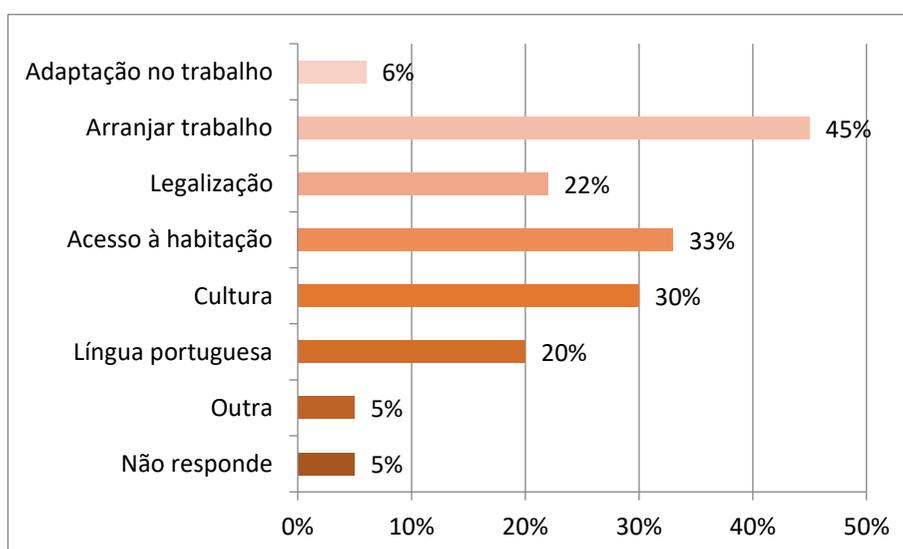
No que diz respeito ao inquérito por questionário aplicado às juntas de freguesia do concelho de Viana do Castelo foi possível averiguar que, também estas entidades (cerca de 58%), possuem desconhecimento face aos serviços existentes no município que estão aptos a realizar um atendimento especializado aos cidadãos estrangeiros orientando-os e apoiando-os. Mesmo assim, as restantes juntas de freguesia (42%) mencionaram apenas a Câmara Municipal de Viana do Castelo e o SEF como serviços de apoio à comunidade migrante.

Gráfico 7 - Distribuição das principais redes de apoio aos NPT



No que respeita às principais dificuldades apontadas pelos inquiridos na adaptação a Portugal é possível verificar (Gráfico 8) que 45% referiu *Arranjar trabalho* como a área em que sentem maior dificuldade, tal como analisado na conceção do plano anterior. Porém, e ao invés do verificado em 2015 no PMIIVC, existe uma maior percentagem de inquiridos (33%) a apontar o *Acesso à habitação* como uma das áreas em que sentem maior dificuldade logo seguida da *Adaptação à cultura portuguesa* (30%). A *Adaptação no trabalho* e a *Língua portuguesa* foram as áreas em que os inquiridos sentiram menos dificuldade desde que chegaram a Portugal. Em *Outra* (5%) incluem-se dificuldades financeiras e a dificuldade em utilizar transportes públicos, para quem reside fora do centro da cidade de Viana do Castelo.

Gráfico 8 - Distribuição das áreas em que os NPT sentiram maiores dificuldades



Através dos inquéritos por questionário aplicados aos agrupamentos de escolas, escolas privadas e profissionais do concelho foi possível verificar que a grande maioria das escolas promove o acolhimento de alunos estrangeiros e família de forma estruturada e que o pessoal afeto aos serviços da escola encontram soluções para comunicar com os estrangeiros que não dominam a língua portuguesa.

Na reunião de parceiros do PMIM, realizada a 31 de janeiro de 2018, foi partilhado pelos presentes a dificuldade que ainda existe, por parte da comunidade estrangeira, em identificar os locais a que se devem dirigir para obter informações e tratar determinados assuntos de cariz burocrático na cidade de Viana do Castelo.

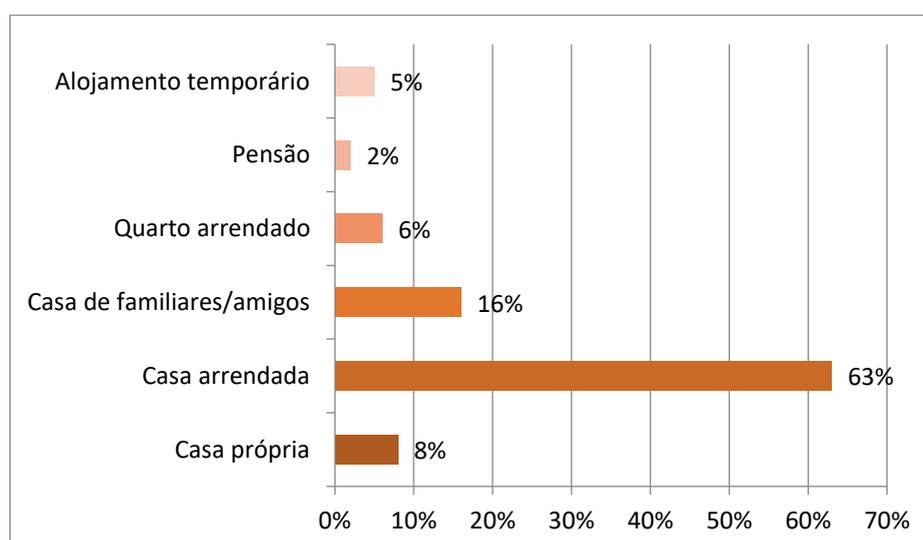
Habitação e Urbanismo

Apesar da propriedade do alojamento ser assumida pela EUROSTAT como um importante indicador de inclusão social, apenas 8% dos inquiridos mencionou viver em *Casa própria*, podendo haver inúmeras causas para esta percentagem ser ainda tão baixa, nomeadamente pela permanência em Portugal ser sentida como temporária não justificando a aquisição de um bem imóvel, ou até devido aos constrangimentos que existem na aquisição de uma casa por parte de estrangeiros, ou ainda devido aos rendimentos reduzidos ou limitados dos cidadãos em questão. De acordo com os Censos 2011, em Portugal a percentagem de proprietários estrangeiros é de 36,6%, muito inferior aos proprietários nacionais (75,1%).

Também foi possível verificar (Gráfico 9) que a grande maioria dos inquiridos vive em *Casa arrendada* (63%), dados estes que, de acordo com os Censos 2011, se assemelham ao existente a nível nacional de estrangeiros a residir em casas alugadas (53,9%).

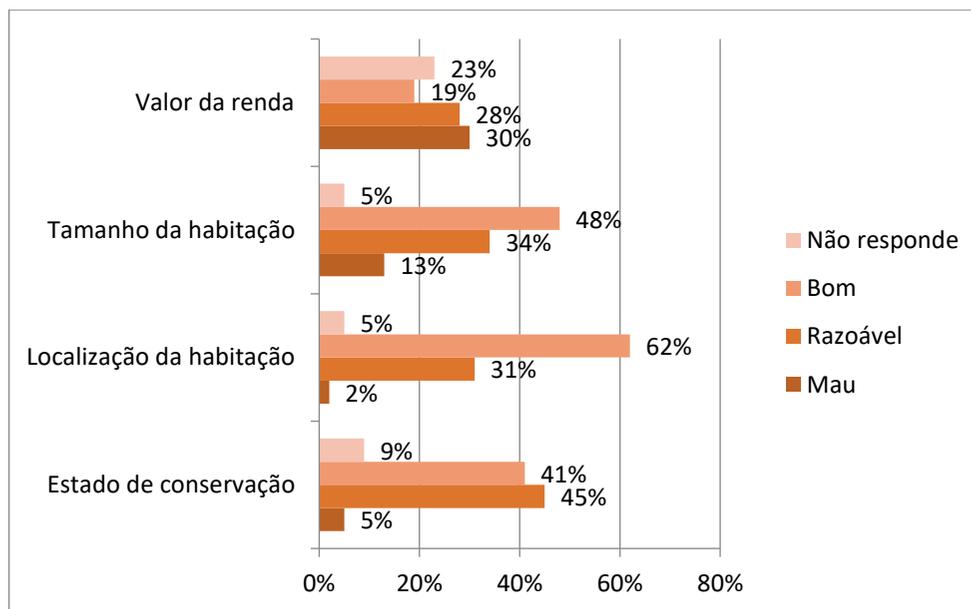
Observa-se também que 16% dos inquiridos vive em *Casa de familiares/amigos*, 6% em *Quarto arrendado*, 5% em *Alojamento temporário* e 2% numa *Pensão*.

Gráfico 9 - Distribuição do tipo de habitação onde vivem os inquiridos



No que diz respeito à avaliação dos inquiridos em relação ao local onde residem, é possível verificar (*Gráfico 10*) que 62% dos inquiridos avalia a localização da habitação como *Boa*, tal como 48% avalia face ao tamanho da mesma. No que diz respeito ao estado de conservação, 45% refere que a habitação está *Razoável*. O valor da renda foi uma questão a que uma maior percentagem de inquiridos preferiu não responder (23%). Porém cerca de 30% avaliou como *Mau* o valor da renda.

Gráfico 11 - Avaliação dos inquiridos face à habitação onde residem



Acompanhando estes dados com os recolhidos junto de algumas das instituições do concelho de Viana do Castelo na reunião de parceiros do PMIIVC, realizada a 31 de janeiro de 2018, nomeadamente o Instituto de Segurança Social, o Centro Local de Apoio à Integração dos Migrantes (CLAIM) e o Gabinete de Atendimento à Família (GAF) sobre as necessidades relativas à habitação, estes mencionaram que o arrendamento a cidadãos migrantes é alvo muitas vezes de discriminação, sendo colocados entraves por parte dos arrendatários no aluguer de casas.

O Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017) dá-nos conta da sobre representação dos estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas, mostrando-se mais difícil o acesso à propriedade da habitação. Dados mais recentes da EUROSTAT, confirmam estas desvantagens dos estrangeiros residentes, por comparação aos nacionais, sendo que no ano de 2015, Portugal apresentava uma percentagem de 10% de nacionais que viviam em alojamento sobrelotados e 27% de estrangeiros na mesma situação, havendo uma diferença muito significativa de 17 pontos percentuais. No levantamento de diagnóstico, mais propriamente através de conversas

informais junto dos cidadãos NPT do concelho, verificou-se, em situações muito específicas, a sobrelotação de habitações como forma de redução dos custos individuais.

Mercado de trabalho e empreendedorismo

De acordo com o Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017), várias investigações têm indicado que os imigrantes assumem um papel basilar na melhoria da eficácia dos mercados de trabalho, sendo que, sem os imigrantes, alguns sectores económicos e atividades certamente não sobreviriam ou entrariam em crise. Porém, e devido à crise económica e financeira que se instalou no país, a população estrangeira tem sentido alguns dos maiores impactos a nível da diminuição de oportunidades de trabalho, aumento da taxa de desemprego e aumento da discrepância entre as suas remunerações e a dos trabalhadores portugueses.

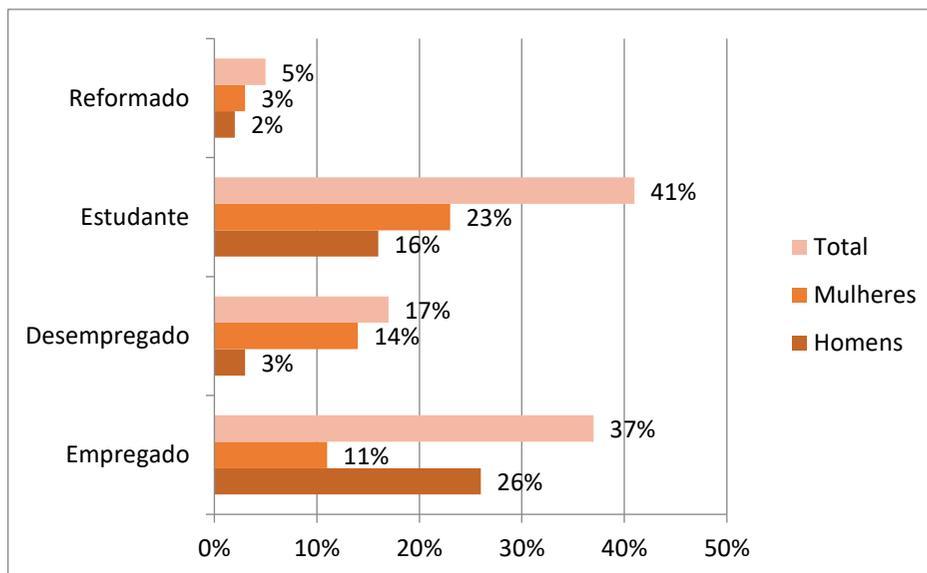
Segundo dados do INE, a taxa de desemprego de estrangeiros de países extracomunitários em Portugal, no ano de 2016, foi de 18,8% e dos nacionais de 11,1%, aproximando mais os valores do que em anos anteriores (em 2013 havia uma diferença de 14,2 pontos percentuais). Desta forma, e tal como mencionado no Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017) é possível averiguar que a população estrangeira é mais afetada pelo desemprego que os nacionais, considerando os sectores económicos e grupos profissionais em que se inserem, uma vez que são fundamentais em alturas de crescimento económico e dispensados em momentos de desaceleração dos mercados.

Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo, em janeiro de 2018, existiam no concelho de Viana do Castelo 2 797 cidadãos inscritos como desempregados dos quais 30 NPT, correspondendo a 0,03% da população residente no concelho.

Verificando os dados fornecidos pelos inquiridos (Gráfico 12), a taxa de *Desemprego* entre os mesmos é de 17%, dos quais 14% diz respeito a mulheres e 3% a homens *Desempregados*. Em 2016, de acordo com os dados cedidos pelo IEFP, também a nível nacional, se observou uma predominância do sexo feminino (58,4%) no que diz respeito ao desemprego registado por estrangeiros.

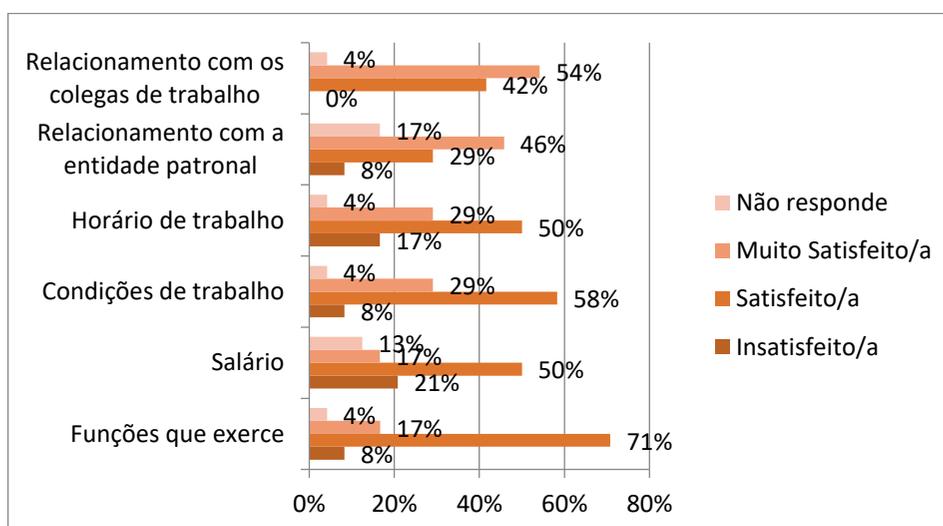
Dos restantes, 41% é *Estudante*, 37% está em situação de *Emprego* e 5% está *Reformado*. A percentagem significativa do número de inquiridos que refere encontrar-se a estudar, diz respeito ao grupo de jovens provenientes de São Tomé e Príncipe anteriormente mencionado.

Gráfico 12 - Distribuição da situação profissional dos inquiridos



Os cidadãos que responderam ao questionário encontram-se em situação de emprego, em geral, e como se observa no Gráfico 13, encontram-se *Satisfeitos* com as funções que exercem (71%), com as *Condições de trabalho* (58%), com o *Salário* (50%) e com o *Horário de trabalho* (50%). 54% dos inquiridos avaliou como *Muito satisfeitos* o *Relacionamento com os colegas de trabalho* e 46% referiu que o *Relacionamento com a entidade patronal* é também *Muito satisfatório*. Não obstante, existe uma percentagem significativa de inquiridos que estão *Insatisfeitos* com o *Salário* (13%) e com o *Horário de trabalho* (4%), visto que, por exemplo, exercem funções em horário noturno.

Gráfico 13 - Distribuição do grau de satisfação dos inquiridos relativamente à profissão que exerce



No que diz respeito à distribuição por grupos profissionais, da classificação portuguesa das profissões, entre cidadãos estrangeiros residentes em Portugal e os inquiridos no concelho de Viana do

Castelo verifica-se que, em 2015, apesar de 45,9% dos cidadãos estrangeiros em Portugal possuírem mais de 12 anos de escolaridade, o perfil dos mesmos em Portugal está ligado a atividades de baixa qualificação, concentrando-se o maior número nos grupos profissionais 5, 7 e 9 (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017). Nos cidadãos NPT inquiridos verifica-se uma elevada concentração nesses grupos profissionais, nomeadamente 20,8% no grupo 5, 25% no grupo 7, 41,7% no grupo 9 como também no 12,5% grupo 6.

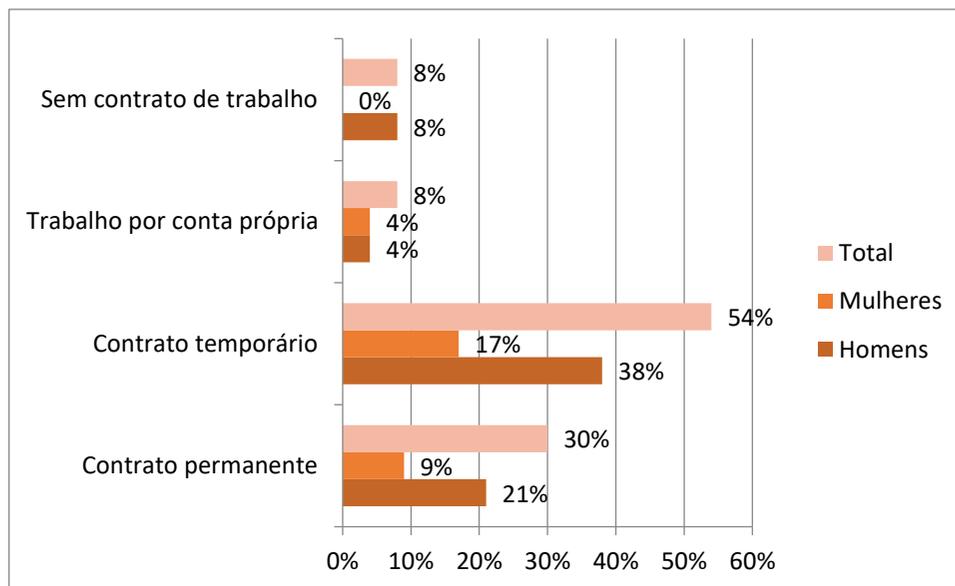
Considerando aqueles que tinham uma atividade profissional no seu país de origem, a maior parte dos inquiridos inseria-se no grupo 2 “Especialistas das atividades intelectuais e científicas” (27,3 %), enquanto 18,2% se inseria no grupo 5 “Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” e 15,2% no grupo 7 “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”. De acordo com a mesma recolha de dados, 40,6% dos inquiridos era estudante no país de origem.

Quando se compara a situação profissional entre o país de origem e Portugal, verificam-se diferenças relevantes, em particular na perda de trabalhadores no grupo 2 e um ganho significativo de trabalhadores no grupo 5 e 7. Portanto, há uma deslocação de profissionais de topo para profissionais de baixa qualificação.

Dos cidadãos NPT inquiridos em situação de emprego, e conforme se pode verificar no Gráfico 14, há 54% de inquiridos que possui *Contrato de trabalho temporário*, 30% são *Trabalhadores permanentes*, 8% *Trabalham por conta própria* e 8% dos inquiridos apesar de estar a exercer funções, *Não possui contrato de trabalho*. Os homens têm uma situação de emprego mais estável, pois 21% têm *Contrato de trabalho permanente*, em comparação com os 9% no caso das mulheres.

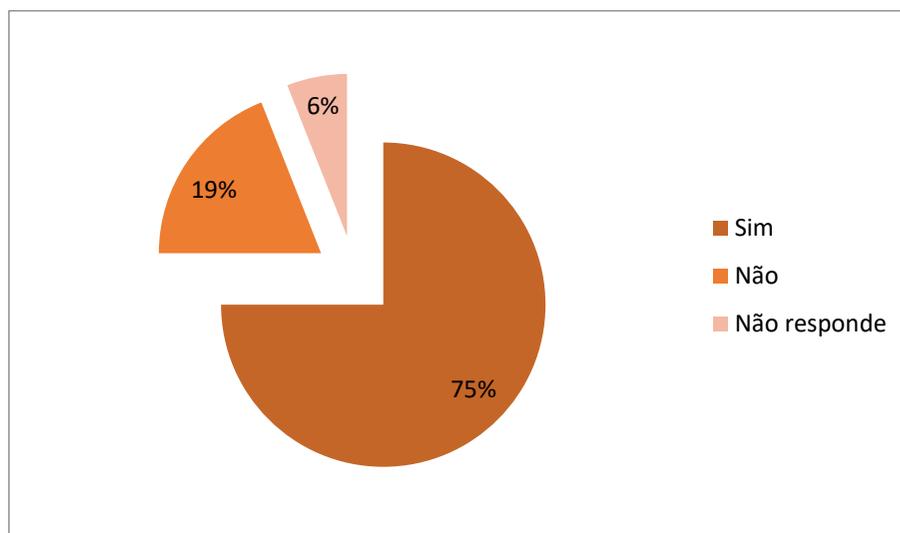
O Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017) faz referência que a população estrangeira residente em Portugal encontra mecanismos de reação à crise e à falta de trabalho criando o próprio negócio, porém, no caso de cidadãos que trabalham por *Conta própria*, e de acordo com os Censos 2011, a percentagem referente aos cidadãos inquiridos é inferior à da média para os estrangeiros em Portugal (12%).

Gráfico 14 - Distribuição do tipo de contrato de trabalho dos cidadãos NPT inquiridos



No que diz respeito ao interesse em criar o próprio negócio, é possível verificar através do *Gráfico 14* que 75% dos inquiridos respondeu que *Sim*, sendo a área mais mencionada a restauração e o comércio. Porém, 19% dos inquiridos respondeu que *Não* teria interesse em criar o próprio negócio e 6% *não respondeu à questão*.

Gráfico 15- Distribuição do interesse por parte dos inquiridos em criar o próprio negócio



A médio/longo prazo, 62% dos inquiridos pretende *Ficar em Portugal*, enquanto 5% diz que pretende *Regressar ao país de origem*, 3% menciona *Migrar para outro país* e 28% *Ainda não tem planos definidos* (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos planos a médio/longo prazo dos inquiridos

Planos a médio/longo prazo	
Ainda não definidos	28%
Ficar Portugal	62%
Regressar país	5%
Migrar para outro país	3%
Outro	2%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

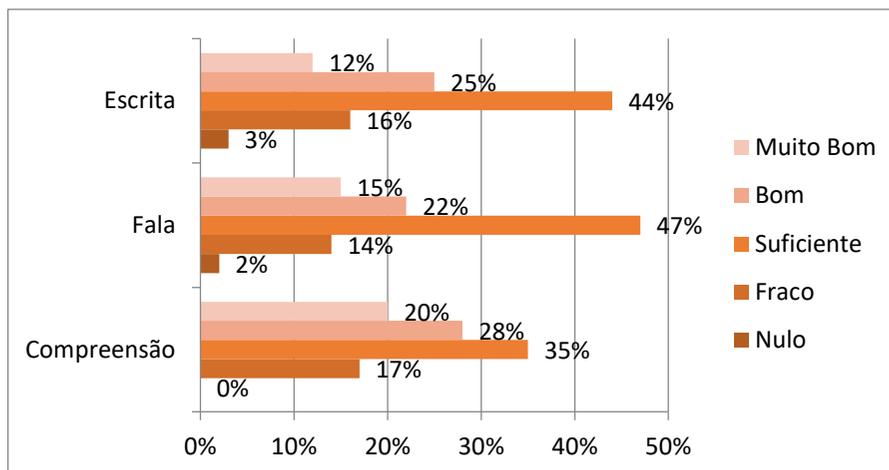
Educação e Língua

De acordo com o Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017) a compreensão e a aprendizagem da língua são um requisito fundamental na integração de imigrantes. Desta forma, os países da União Europeia têm aumentado as ofertas de programas de aprendizagem da língua de acolhimento, entre os quais Portugal. Porém, em Portugal estes programas são de cariz voluntário e disponibilizados em território Português, ao contrário de outros países da União Europeia que desenvolvem medidas de ensino da língua como um requisito obrigatório à entrada no país.

Em Viana do Castelo é desenvolvido pela Escola Secundária de Monserrate o Programa Português para Todos e na própria Câmara Municipal de Viana do Castelo decorrem sessões gratuitas, com professores/as voluntários/as, de aperfeiçoamento da língua portuguesa e a participação de migrantes nestas é bastante elevada ao longo de todo o ano letivo.

Porém, e tal como é verificado através do Gráfico 16, estas sessões continuam a ser muito relevantes para a integração da comunidade migrante, uma vez que ainda existem grandes dificuldades principalmente na expressão escrita e na fala, sendo que 34% dos inquiridos avaliou o seu domínio como *Fraco* ou *Nulo*. Não obstante, a questão da língua foi também identificada por parte de algumas instituições que prestam serviços de acolhimento como sendo fundamental para melhor promoção da autonomização.

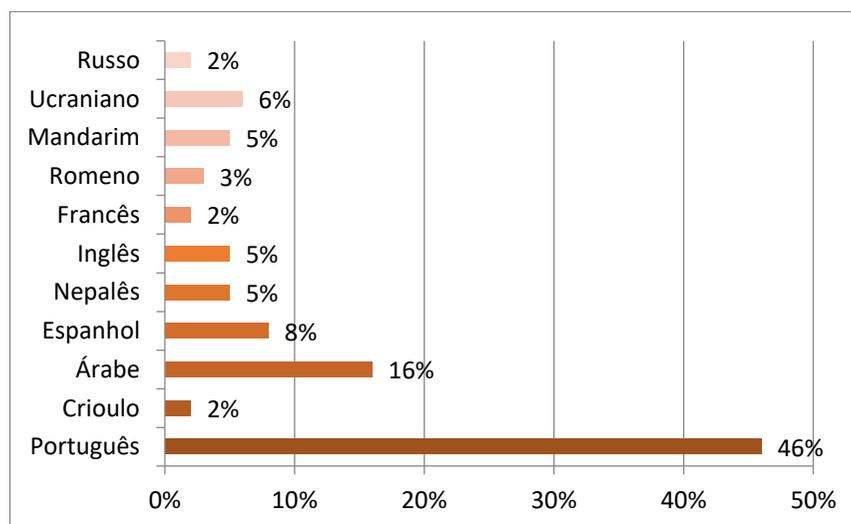
Gráfico 16 - Distribuição do domínio da língua portuguesa pelos inquiridos



Entre os cidadãos inquiridos há 11 línguas maternas (Gráfico 16), das quais se destaca o *Português* (46%), o *Árabe* (16%) e o *Espanhol* (8%), de acordo, também, com a origem dos cidadãos NPT.

Tal como foi possível verificar, através de conversas informais realizadas no decorrer das sessões de aperfeiçoamento da língua portuguesa, a maioria dos cidadãos NPT que não têm como língua materna o português, na sua maioria não fala português em casa, devido à facilidade na expressão e para manterem ligação às suas raízes.

Gráfico 17- Distribuição das línguas maternas existentes entre os inquiridos



Apesar dos cidadãos inquiridos não terem apontado como principal dificuldade na adaptação a Portugal a língua (Gráfico 8), esta foi uma dificuldade apontada nas sessões de *focus group*, realizadas com cidadãos NPT, tendo estes considerando a língua como uma barreira não só na envolvência com a

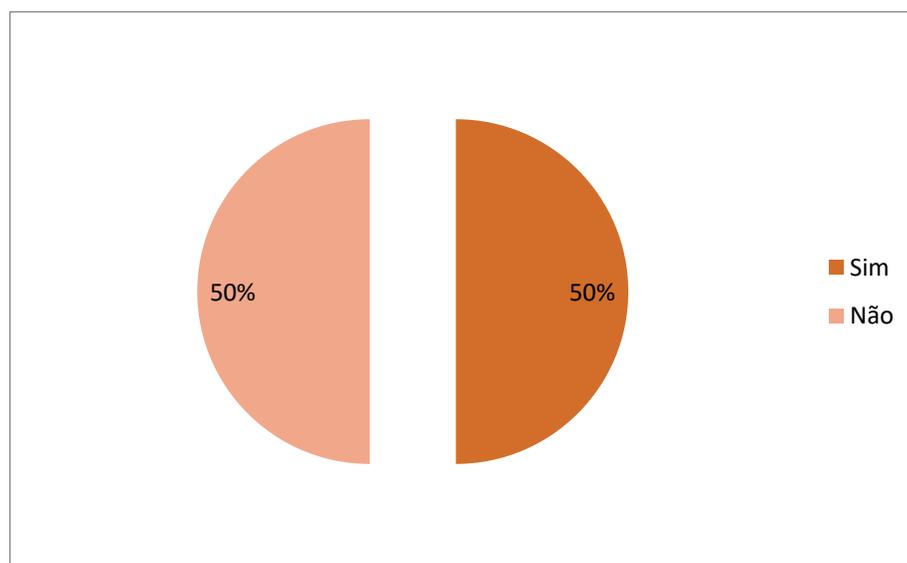
comunidade local, como também na vida profissional e até mesmo na obtenção de determinados tipos de informações ou atendimentos em serviços públicos.

Algumas entidades (privadas e públicas) também referiram, no inquérito por questionário aplicado, que a maior dificuldade sentida no atendimento a cidadãos estrangeiros é a língua, tendo muita dificuldade em transmitir as informações pretendidas ou esclarecer dúvidas.

Capacitação e Formação

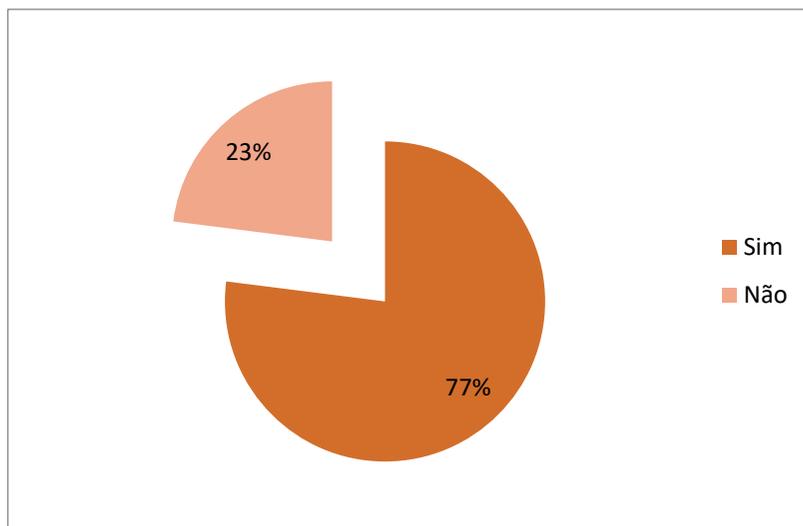
De acordo com os dados analisados no inquérito por questionário, 50% dos inquiridos respondeu que desde que chegaram a Portugal já tinham frequentado uma formação profissional (Gráfico 17).

Gráfico 18 - Distribuição do número de inquiridos que já frequentou uma formação profissional



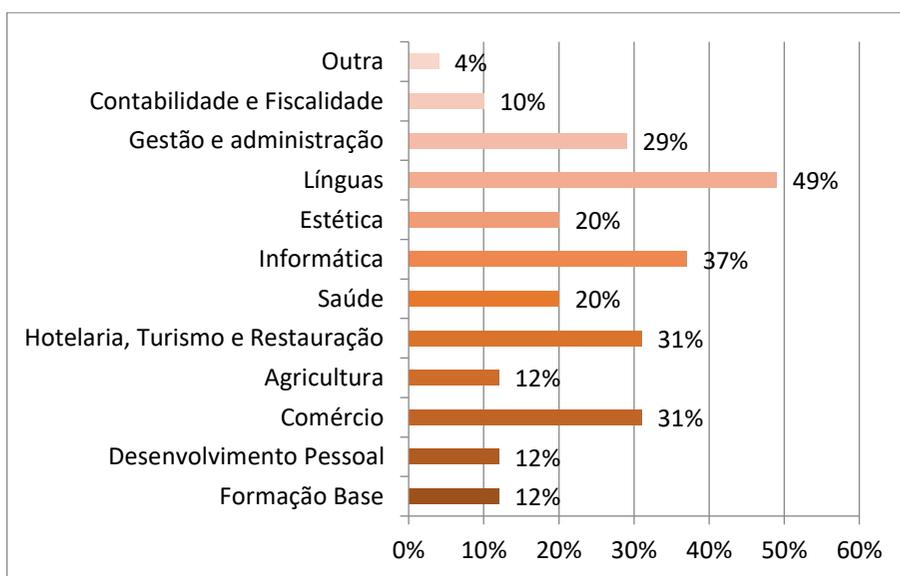
Relativamente ao interesse em frequentar cursos de formação profissional futuramente, e tal como é possível verificar no Gráfico 19, a grande maioria dos inquiridos respondeu *Sim* (77%) e 23% respondeu *Não*. Significando, portanto, que a formação é considerada pela maioria dos inquiridos como importante para aumentar o leque de competências individuais.

Gráfico 19 - Distribuição do interesse em frequentar cursos de formação por parte dos inquiridos



As áreas de interesse mencionadas pelos inquiridos para a formação são diversificadas e estão enumeradas no gráfico abaixo (Gráfico 20), sendo as *Línguas* (49%), *Informática* (37%), *Hotelaria, Turismo e Restauração* (31%) e *Comércio* (31%) as mais desejadas. Em *outras* foram referidas: *Psicologia e Eletrónica*.

Gráfico 20 - Áreas de interesse para cursos de formação, por parte dos inquiridos

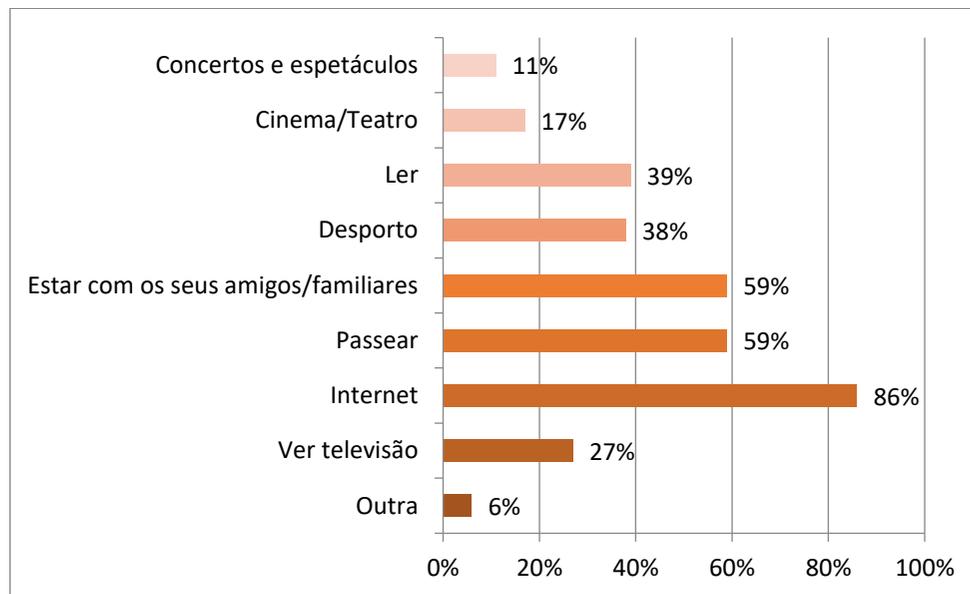


Cultura

Os tempos livres dos cidadãos inquiridos são ocupados, maioritariamente, a navegar na *Internet* (86%), *Estar com os amigos/familiares* (59%) e a *Passear* (59%). De realçar que uma baixa percentagem

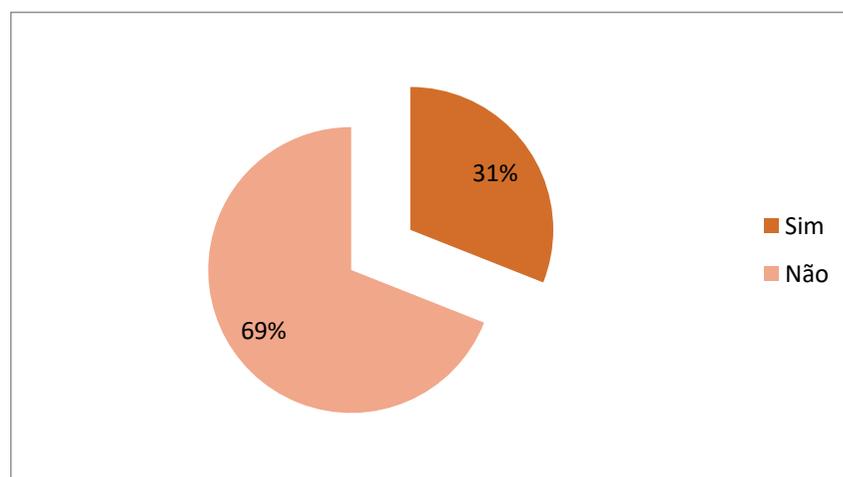
dos inquiridos dedica o seu tempo livre a atividades de âmbito cultural, tal como é possível verificar no Gráfico 21.

Gráfico 21 - Distribuição das atividades praticadas nos tempos livres pelos inquiridos



Observando, também, o Gráfico 21 verifica-se que os cidadãos inquiridos não têm por hábito participar em festas/convívios organizados em Viana do Castelo, mencionando alguns dos inquiridos que não tiveram conhecimento dos mesmos. Também nos inquéritos por questionário, aplicados às juntas de freguesia do concelho de Viana do Castelo, foi referido por 32% das entidades inquiridas que raramente existe a participação da população estrangeira residente em festas dinamizadas pela comunidade local.

Gráfico 22 - Distribuição da participação dos inquiridos em festas/convívios organizados em Viana do Castelo



Indo ao encontro com o analisado no Gráfico 21 e tal como é possível observar na tabela 4, a grande maioria dos inquiridos *Usa regularmente as novas tecnologias* e tem *Facilidade no acesso à internet* o que permite que o canal de comunicação para a divulgação de futuros eventos culturais continue a ser feito através da internet (correio eletrónico, email e redes sociais).

Tabela 4 - Distribuição dos inquiridos face ao acesso e utilização das novas tecnologias

	Sim	Não
Uso regular de novas tecnologias	92%	8%
Facilidade no acesso à internet	86%	14%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

Cidadania e participação cívica

Segundo o Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017), a participação política dos imigrantes é vista como um indicador de integração nas sociedades de acolhimento.

Dos cidadãos inquiridos elegíveis para votar¹ (19% do total de inquiridos), 8,3% afirmou estar *Recenseado para votar*, 91,7% referiu *Não estar recenseado*, conforme Tabela 5. De acordo com os dados do Observatório das Migrações (Oliveira, C.R. e Gomes, N., 2017), as taxas de recenseamento da generalidade das nacionalidades residentes em Portugal continuam a ser baixas: 11,7% para o total de estrangeiros elegíveis para votar. No ano de 2016, observou-se um agravamento da diminuição do número de recenseados estrangeiros por estrangeiros elegíveis para votar: de 11,7% para 11,2%. Porém, se nos centrarmos apenas no grupo de cidadãos NPT, esta relação manteve-se estável de 2015 para 2016 com uma percentagem de 14,4%.

Tabela 5 - Distribuição do número de inquiridos recenseados para votar

Recenseado para votar	
Sim	8,3%
Não	91,7%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

O associativismo é consequência de inúmeras interações que se estabelecem entre contextos muito específicos, com estruturas, estratégias de fenómenos socioculturais, formativos, de animação, de cooperativismo e de educação informal. Devido à riqueza do seu funcionamento e interações é uma forma das pessoas estabelecerem relações, de se aproximarem e de se organizarem para um objetivo

¹ Recenseados e oriundos de Estados Membros da União Europeia; Brasil e Cabo Verde; Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela. (Declaração n.º 4/2013, de 24 de junho)

comum. Por sua vez, as associações de imigrantes desempenham uma função importante no acolhimento e integração dos migrantes.

Dos cidadãos inquiridos apenas 12,5% referiu *pertencer* a uma associação ou grupo, principalmente de natureza cultural e 87,5% referiu que *Não* (Tabela 6). Uma vez que no plano anterior, apesar de inicialmente previsto, não foi criada uma associação de migrantes, foi questionado aos inquiridos se, caso existisse, gostariam de aderir, sendo que 82,8% da população referiu que *Sim*, uma vez que nesta poderia estar concentrada a informação de apoios específicos para a comunidade, bem como a existências de eventos que promovessem uma maior socialização e partilha entre as diferentes culturas presentes no concelho.

Tabela 6 - Número de cidadãos inquiridos pertencentes a uma associação

Pertence a alguma associação ou grupo?	
Sim	12,5%
Não	87,5%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

Ser voluntariado é empenhar-se em causas de interesse social e comunitário, melhorando o seu empenho pessoal e a qualidade de vida da sociedade, permitindo uma melhor integração do cidadão estrangeiro na comunidade de acolhimento

Assim, e apesar da sensibilização feita no plano anterior face à prática do voluntariado, de acordo com o Banco Local de Voluntariado de Viana do Castelo, a participação de cidadãos NPT em ações de voluntariado ainda é muito reduzida. Estes dados são possíveis de verificar também através das respostas dos NPT inquiridos, uma vez que apenas 6% dos inquiridos assinalou *Sim*, quando questionados sobre a participação em ações de voluntariado (Tabela 7). Porém, 73% dos inquiridos, apesar de não desenvolver atualmente nenhuma prática de voluntariado, gostaria de receber informações e ser voluntário

Tabela 7 - Número de cidadãos inquiridos que desenvolvem ações de voluntariado

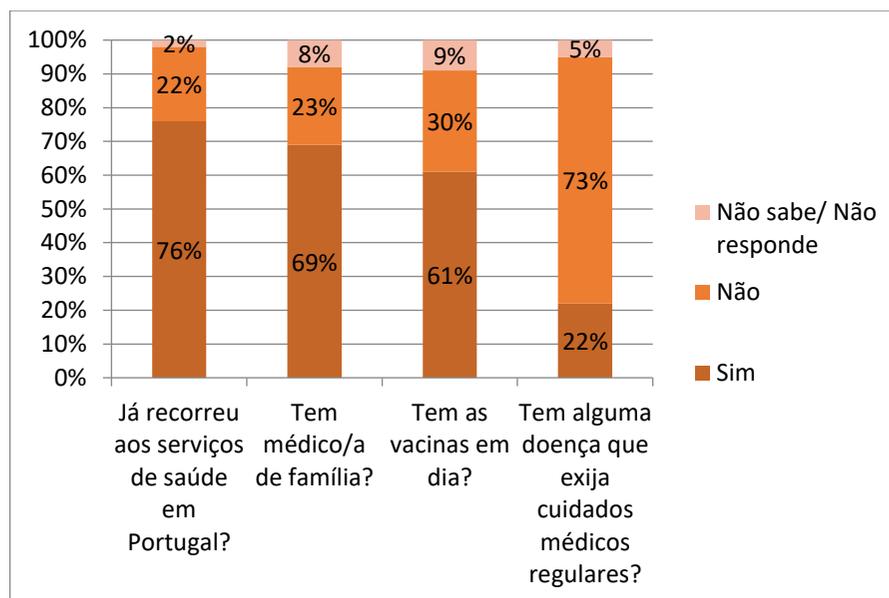
Desenvolve alguma atividade de voluntariado?	
Sim	6%
Não	94%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

Saúde

No âmbito da saúde é possível verificar através do Gráfico 23, que 76% dos inquiridos *Já recorreu aos serviços de saúde*, 69% *Tem médico de família*, 73% dos inquiridos *Não tem doenças que exijam cuidados médicos regulares*. Porém, um número ainda significativo (30%) mencionou *Não ter as vacinas em dia* e através de conversas informais mencionaram a dificuldade que têm nos serviços de saúde em obter informações, nomeadamente sobre a marcação de consultas e exames e a inscrição no médico de família.

Gráfico 23 - Distribuição dos dados relativos à saúde dos inquiridos



Racismo e discriminação

No que concerne a preocupações ou necessidades sentidas nesta área, foi possível analisar, através da auscultação realizada a algumas escolas do concelho bem como nas sessões de *focus group* com cidadãos NPT, que não existem grandes condicionalismos verificados pela etnia, origem migratória, ou até religião ou crenças dos mesmos.

Porém, é de salientar que a nível da comunidade escolar foi partilhado numa oficina de teatro júnior dinamizada pelo Teatro Noroeste- Centro Dramático de Viana (medida contemplada no plano anterior) o sentimento de separação e discriminação por parte de uma jovem de nacionalidade síria em relação aos colegas de turma. Assim, apesar de serem situações pontuais, é necessário continuar a sensibilizar a comunidade escolar para o tema da multiculturalidade.

De acordo com o que nos foi possível averiguar, no decorrer do plano anterior e foi partilhado em reuniões de equipa, existe também falta de informação por parte dos empresários do concelho e dos arrendatários sobre as questões da migração.

Segundo a Autoridade para as Condições do trabalho, entre 2016 e 2017 não existe conhecimento por parte do Centro Local do Alto Minho de situações de discriminação laboral com migrantes

Solidariedade e resposta social

Em Viana do Castelo, todas as entidades que trabalham no âmbito da Intervenção Social, abrangem a população migrante residente no concelho, apesar de não existirem serviços específicos de apoio social à população migrante, para além do CLAIM.

Dos dados recolhidos junto de algumas das instituições do concelho (ISS-IP, GAF, CLAIM, Casulo-Methamorphys) é de salientar que há uma percentagem baixa de cidadãos NPT em situação de carência económica.

Porém, 34% dos inquiridos responde afirmativamente quando questionados sobre se já receberam algum tipo de apoio social (Tabela 8).

Tabela 8 - Distribuição do número de inquiridos que já recebeu apoio social

Já recebeu apoio social?	
Sim	34 %
Não	59 %
Não responde	7 %

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito
por questionário a cidadãos NPT

A nível municipal existem projetos ou iniciativas pontuais e específicas que vão ao encontro do colmatar destas situações de carência económica das populações migrantes. Entre elas, podemos referir os apoios e serviços disponibilizados pela Divisão da Coesão Social da Câmara Municipal de Viana do Castelo, pela inscrição nos pedidos de Habitação Social, pela Ação Social Escolar, pelo Apoio em Vales Sociais, entre outros.

O GAF disponibiliza apoio, nomeadamente, no *Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica*, na *Casa abrigo*, pelo *Protocolo RSI*, entre outros, e através de *Acompanhamento na procura ativa de emprego* e na *Disponibilização de recursos para suprir necessidades básicas*, na *Intervenção em crise* e no acompanhamento social, psicológico e jurídico. De acordo com os dados cedidos pela entidade, entre o segundo semestre de 2015 e 2017 foram acompanhados: 14 cidadãos NPT no Serviço de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, 1 cidadão NPT no Centro de Atendimento Psicossocial VIH/SIDA e 5 cidadãos NPT na Unidade de Apoio à Toxicodependência.

Por sua vez, na Cáritas Diocesana os cidadãos NPT beneficiam, à semelhança dos cidadãos nacionais, do pagamento de despesas domésticas (água, eletricidade e gás), de consultas médicas, medicamentos, livros escolares e rendas; da atribuição de géneros alimentícios, produtos de higiene, roupa e calçado; e do apoio na melhoria das condições de habitabilidade, colaborando na reconstrução de casas e atribuindo peças de uso doméstico indispensável. Analisando os dados cedidos pela entidade em questão, face ao ano de 2016 e 2017, é possível verificar que houve um aumento muito significativo do número de cidadãos estrangeiros apoiados, uma vez que de 18 cidadãos apoiados em 2016 este número subiu para 45 em 2017.

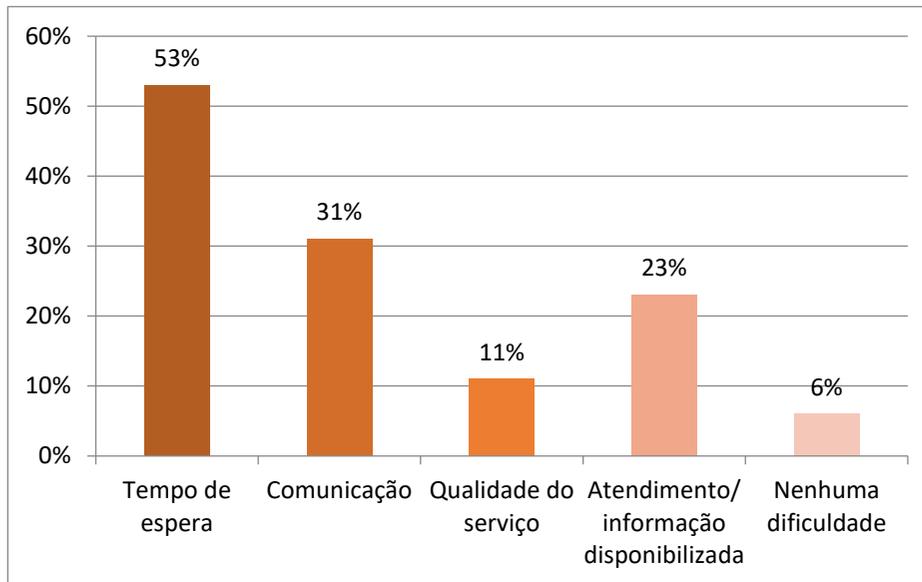
A Cáritas Diocesana garante ainda a informação e encaminhamento aos cidadãos NPT através do CLAIM. Entre o segundo semestre de 2015 e 2017 foram atendidos/acompanhados pelo CLAIM de Viana do Castelo 518 imigrantes, na sua maioria entre 26 e os 35 anos de idade (38,9%) e do sexo masculino (62,4%). Os principais assuntos tratados foram: Outros assuntos (ex. carta de condução) (29,7%), Legalização (16,9%), Trabalho (16,7%) e Apoio Social (14,5%). A maioria dos migrantes atendidos/acompanhados eram provenientes de Marrocos (14,1%), Nepal (12,7%) e Brasil (12,1%) na sua maioria com autorização de residência temporária (34,9%).

O Casulo-Methamorphys é um centro de alojamento temporário que acolhe população em situação de sem abrigo e/ou em risco de exclusão social. Atualmente, esta entidade acolhe dois cidadãos NPT, provenientes da Serra Leoa e de Angola.

No que diz respeito à perceção dos cidadãos NPT face aos serviços públicos e privados, no *focus group* realizado a 7 de fevereiro de 2018, foi mencionada a dificuldade que existe a nível comunicacional com os mesmos mas também foi apontado, como entrave, a falta de abertura por parte dos técnicos em adaptar a linguagem, de forma a tornar a informação disponibilizada mais simples e concisa.

Porém, quando analisado o inquérito por questionário aplicado, no que diz respeito às principais dificuldades sentidas por parte dos inquiridos face aos serviços públicos portugueses, é possível verificar (Gráfico 24), que a maioria dos inquiridos considera, como maior dificuldade, o *Tempo de espera* (53%). A *Comunicação* foi sentida como dificuldade por 31% da população inquirida, o *Atendimento/ informação disponibilizada* por 23%, a *Qualidade do serviço* por 11% e 6% refere não sentir qualquer dificuldade quando se desloca aos serviços públicos portugueses.

Gráfico 24 - Distribuição das dificuldades dos inquiridos relativamente aos serviços públicos portugueses



Em reunião de avaliação com a equipa de parceiros do PMIIVC, realizada a 31 de janeiro de 2018, foi mencionado por algumas entidades a necessidade de existir uma maior articulação entre as entidades que trabalham diretamente com a população migrante, de forma a facilitar o processo de intervenção.

Relações Internacionais

No concelho de Viana do Castelo, há uma dinâmica no que toca às relações internacionais, sobretudo no âmbito das geminações com outras cidades de Países Terceiros, para além de associações e grupos folclóricos que promovem intercâmbios, onde se podem envolver os cidadãos NPT.

Media e Sensibilização da Opinião Pública

Com a implementação do plano anterior foi possível criar um plano de ação que contemple esta área direcionado aos cidadãos NPT como também à comunidade local. Nas atividades desenvolvidas entre o segundo semestre de 2015 e 2017 houve uma participação muito significativa da comunidade de acolhimento bem como da população migrante em eventos dedicados ao tema das migrações e da diversidade cultural, como é o caso de iniciativas de sensibilização da opinião pública através de ciclos de cinema, seminários, espetáculos de teatro, programas de rádio, publicações mensais num jornal local e oficinas dinamizadas por cidadãos NPT na área da culinária e línguas.

Uma vez que as oficinas dinamizadas por cidadãos NPT têm envolvido um número bastante significativo de participantes e que permite dar a conhecer culturas e costumes de outros países, foi questionado aos inquiridos a disponibilidade que teriam para dinamizar oficinas sobre a cultura dos seus

países de origem sendo que, tal como é possível verificar através da Tabela 9, 59% dos inquiridos respondeu que *Sim*, mencionando como principais temas a dança, a cozinha e a língua.

Tabela 9 - Distribuição dos inquiridos face ao interesse em dinamizar oficinas sobre a cultura do país de origem

Gostaria de dinamizar oficinas sobre a cultura do seu país?	
Sim	59%
Não	41%

Fonte: Cálculos das autoras com base em inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT

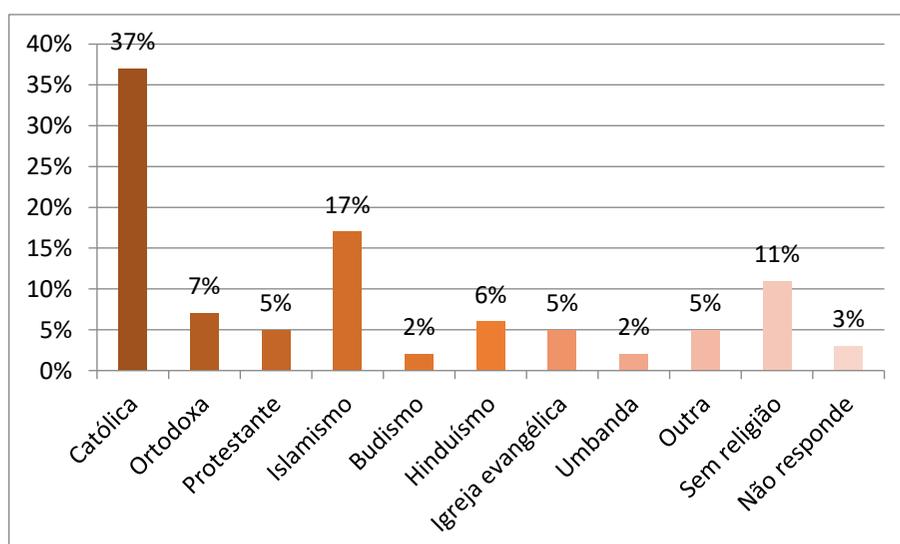
Religião

Em Portugal, a população é maioritariamente católica, devido essencialmente à tradição e às circunstâncias históricas que Portugal teve e viveu no passado. De acordo com os Censos 2011, os católicos representam 81% da população portuguesa, concedendo à Igreja Católica uma considerável influência junto da sociedade, embora agora não tanto como outrora, uma vez que a recente vaga migratória contribuiu para uma maior diversidade religiosa, designadamente no crescimento das comunidades islâmica, hindu, budista e ortodoxa, para além de outros cultos cristãos.

No inquérito por questionário aplicado a cidadãos NPT foram mencionadas oito religiões diferentes (Gráfico 25): católica, ortodoxa, protestante, islamismo, budismo, hinduísmo, igreja evangélica e umbanda. A religião *Católica* aparece como sendo a mais referida (37%), porém o *Islamismo* (17%) também possui uma representatividade elevada face às outras religiões mencionadas.

Quando questionados sobre a existência de condições para a prática da sua religião, 56% dos inquiridos respondeu *Sim*, 25% respondeu *Não* e 19% da população *Não respondeu*.

Gráfico 25 - Distribuição das religiões existentes entre os inquiridos



Desporto e Lazer

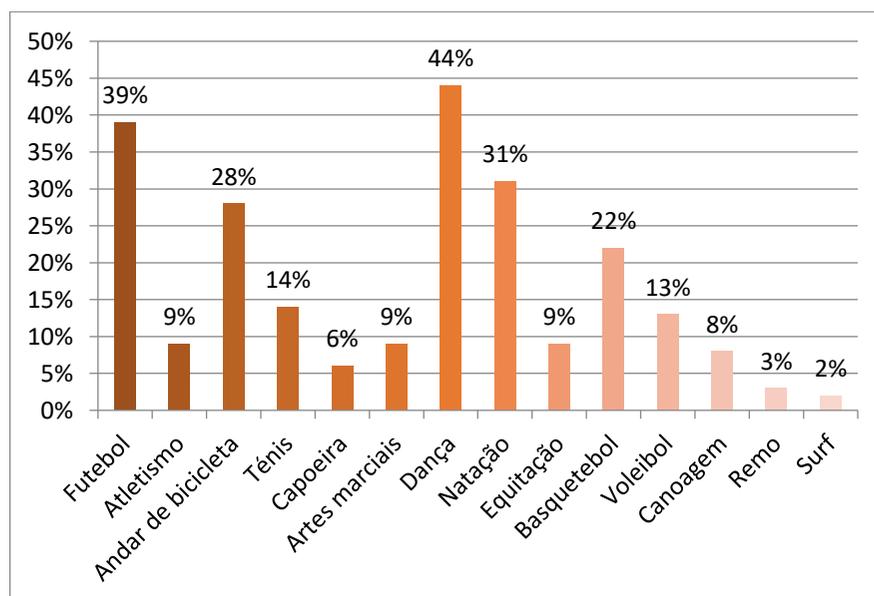
No que se refere às atividades desportivas, percebemos, pelos dados recolhidos através do inquérito por questionário aplicado, que tal como demonstrava o gráfico 21, os cidadãos inquiridos dedicam relativamente pouco tempo a questões ligadas ao *desporto* e *lazer* e que não têm o hábito de participar em festas organizadas pela comunidade local.

Porém, e no âmbito do plano anterior, foram promovidos um conjunto de eventos culturais, recreativos e de lazer destinados ao acolhimento e integração dos migrantes, havendo evidência de uma participação bastante positiva, apesar de não muito elevada em relação ao número de cidadãos NPT residentes em Viana do Castelo.

No que diz respeito à integração de cidadãos NPT através do desporto, não houve manifestação de interesse, por parte destes, pelo que a participação foi bastante baixa. Acreditamos que esta dificuldade esteja relacionada também com a deficitária divulgação que existe por partes dos clubes desportivos existentes no concelho de Viana do Castelo.

De forma a tentar ir de encontro com os interesses dos cidadãos, foram questionadas as modalidades desportivas que os inquiridos mais gostam/gostariam de praticar, e tal como verificado no Gráfico 26, a *Dança* (44%), o *Futebol* (39%) e a *Natação* (31%) foram as modalidades mais referidas.

Gráfico 26 - Distribuição do interesse dos inquiridos face às diferentes modalidades desportivas



3. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O PMIM consubstancia-se na oportunidade do Município não só poder consolidar e dar continuidade à sua política local de integração como também criar e apoiar medidas sustentáveis de promoção de igualdade de oportunidade desta população ao nível do emprego, formação e capacitação, educação, saúde, respostas sociais, cultura, cidadania, entre outras áreas fundamentais para a efetiva integração dos cidadãos NPT na comunidade local.

Para a conceção do PMIM, foi adotada a seguinte metodologia de trabalho:

Sob a coordenação de um Técnico Superior do Município, a Equipa dos Migrantes, criada em 2007 no âmbito do projeto “Viana do Castelo Cidade Saudável”, constituída por representantes do CLAIM, da Cáritas Diocesana, das Escolas Secundárias de Monserrate e de Santa Maria Maior, do Gabinete de Atendimento à Família (GAF), da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESS-IPVC), do Instituto de Segurança Social (ISS), da Associação de Cooperação com a Guiné-Bissau (ACGB) e das comunidades de migrantes mais representativas, posicionou-se como Plataforma de Acompanhamento de todo o processo de conceção do PMIM, desde a fase do diagnóstico ao acompanhamento dos diferentes grupos de trabalho na fase de definição das medidas.

Enquanto documento orientador da política local de acolhimento e integração dos cidadãos NPT, que chegam, residem ou pretendam fixar-se no concelho, o PMIM agrega um conjunto de medidas que visa responder às necessidades desta população, identificadas no diagnóstico local e que consideramos fundamentais para a sua integração efetiva na comunidade de acolhimento.

Com base num trabalho conjunto entre o Município, as Instituições Públicas locais e os setores associativo e privado, foram definidas 58 medidas, assentes, principalmente, nos eixos 1 e 2 do PEM, distribuídas por 13 das 14 áreas de intervenção propostas pelo ACM e que a seguir se indicam:

1. Serviços de Acolhimento e Integração;
2. Urbanismo e Habitação;
3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;
4. Educação e Língua;
5. Capacitação e Formação;
6. Cultura;
7. Saúde
8. Solidariedade e resposta Social;
9. Cidadania e Participação Cívica;
10. *Media* e Sensibilização da Opinião Pública;
11. Racismo e Discriminação
12. Relações Internacionais;
13. Religião.
14. Desporto e Lazer

A estrutura do PMIM segue as orientações do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), estando dividida em quatro capítulos, onde estão definidas as várias medidas que serão asseguradas quer pelo Município quer pelas diferentes instituições parceiras e contempla duas dimensões: a dimensão estratégica e a dimensão operacional, onde são descritos objetivos estratégicos e específicos, indicadores e metas, com base nos contributos dos vários parceiros locais, os quais, com o apoio do Município, assumem o compromisso da operacionalização das diferentes medidas.

O PMIM foi aprovado pelo executivo da Câmara Municipal eme pela Assembleia Municipal em e apresentado ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) em.....

3.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

O PMIM está orientado para dar resposta às vulnerabilidades verificadas no diagnóstico local. Contudo, muito embora se tenham definido objetivos estratégicos gerais para treze áreas de intervenção, a dimensão estratégica deste plano centra-se nas áreas “*Acolhimento e Integração*”, “*Mercado de Trabalho e Empreendedorismo*”, “*Cultura*”, “*Cidadania e Participação Cívica*”, por se considerar que são as áreas que mais contribuem para o fomento da coesão social, do diálogo intercultural e do sentimento de pertença, essenciais para garantir a dignidade humana e fundamentais para a concretização efetiva das políticas de acolhimento e integração dos cidadãos NPT. Conduzir ao aumento da taxa de empregabilidade dos NPT; incrementar os níveis de conhecimento e o domínio da língua portuguesa; criar condições para o aumento da formação e capacitação, promover a aquisição de novas competências, assim como potenciar e reforçar relações dos cidadãos NPT com a comunidade de acolhimento, são também propósitos deste Plano.

Neste contexto, as estratégias definidas no sentido de se atingirem os objetivos propostos, passam, em grande medida, pela aposta na criação de mecanismos de informação, comunicação e divulgação, com vista à mobilização e ao incentivo à participação, quer da comunidade imigrante em geral e cidadãos NPT, em particular, quer da comunidade de acolhimento, dado o necessário envolvimento destes cidadãos no PMIM. Assim, consideramos fundamental a definição de uma estratégia de comunicação consistente e que agregue todos os agentes em torno de um objetivo comum, de forma a atingir os diversos públicos (NPT, parceiros e comunidade em geral) e com vista à promoção e consolidação da identidade do PMIM, bem como à publicação e difusão dos seus propósitos.

Na inexistência de uma associação de imigrantes, em Viana do Castelo, é através da Equipa dos Migrantes, enquanto Plataforma de Acompanhamento do PMIM, que se faz a ponte entre os vários imigrantes, se estabelece a comunicação e se divulgam as medidas e atividades do Plano, para além de outros canais de comunicação, nomeadamente as Rádios Locais, o grupo do *facebook* “Imigrantes em Viana do Castelo”, com 178 membros ativos até ao momento, a Agenda Cultural do Município e o correio eletrónico dos NPT.

Atendendo a que o conhecimento sobre a comunidade de NPT em Viana do Castelo está baseado na análise de resultados de um questionário, em dados estatísticos e dados fornecidos por entidades parceiras do projeto, torna-se prioritário criar uma base de dados, que permita concentrar toda a informação num local único e que posteriormente permita estabelecer contactos próximos e diretos, não só com os membros dessa comunidade imigrante, como também da sua comunidade envolvente (familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho).

Ou seja, a prioridade é o mapeamento real da comunidade de imigrantes em Viana do Castelo e a concentração da informação num único local, partilhado pela rede de parceiros do Plano. A Câmara Municipal de Viana do Castelo, enquanto promotora do PMIM, dispõe de uma base de dados com todos os contactos e outras informações sobre os migrantes residentes no concelho, que disponibiliza às instituições parceiras, de forma a potenciar a articulação entre todos.

Apresenta-se, de seguida, um quadro-resumo referente à dimensão estratégica do PMIM.

Quadro 1 - Resumo da dimensão estratégica do PMIM

ÁREA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Aumentar a taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT.	Variação da taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT.	Aposta na formação em áreas de competências facilitadoras da empregabilidade.
			Aposta no apoio à criação do próprio negócio.
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Aumentar/consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa.	Número de cidadãos NPT que conclui cursos de português básico ou português técnico.	Aumento das oportunidades de aprendizagem formal da língua portuguesa.
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Capacitar os cidadãos NPT para o desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais.	Número de cidadãos NPT que conclui cursos para o desenvolvimento de competências.	Divulgação de oportunidades de formação no desenvolvimento de competências.
CULTURA	Aumentar o número de cidadãos NPT que participa em atividades socioculturais.	Número de cidadãos NPT que participa em atividades culturais.	Criar oportunidades de participação em atividades culturais, artísticas, e associativas desenvolvidas a nível local.
	Aumentar e potenciar o número de eventos e/ou ações dedicados ao tema da migração e da interculturalidade.	Número de eventos e ações culturais dedicados ao tema das migrações e interculturalidade.	Promover eventos e ações dedicados ao tema da migração e da Interculturalidade.
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Consciencializar para a cidadania global e para o crescimento sustentável.	Número de iniciativas formativas de cariz não formal dirigida a cidadãos NPT.	Criar oportunidades para a consciencialização dos cidadãos NPT no domínio da cidadania.
	Potenciar a prática de uma cidadania ativa.	Número de cidadãos NPT que se envolve em iniciativas de cidadania ativa.	Aposta em atividades que promovam a prática de cidadania ativa.
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Garantir o apoio e o acompanhamento especializado ao cidadão NPT.	Número de cidadãos NPT que recorrem às respostas proporcionadas.	Divulgar junto dos cidadãos NPT as respostas existentes no âmbito do acolhimento e integração.
SAÚDE	Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado a cidadãos NPT.	Número de profissionais de saúde que participa em ações de capacitação.	Aposta em iniciativas de formação (formal e/ou não formal) de capacitação dos profissionais de saúde.
	Facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde.	Número de cidadãos NPT que acede à informação em saúde.	Aposta em canais de divulgação e comunicação que cheguem aos cidadãos NPT.

SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Facilitar o acesso dos cidadãos NPT às respostas sociais existentes.	Número de NPT que recorre às respostas sociais.	Aposta na informação e divulgação dos recursos existentes na comunidade.
	Capacitar os profissionais de solidariedade social para um atendimento especializado.	Número de profissionais abrangidos pela formação.	Incentivar os profissionais de solidariedade social à participação na formação em atendimento especializado.
MÉDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	Criar oportunidades de difusão de iniciativas de NPT ou suas organizações ou comunidades.	Número atividade que promovam a informação sobre culturas de países diferentes.	Incentivar os media locais para a divulgação de notícias relacionadas com as comunidades de NPT.
	Reforçar relações dos cidadãos NPT com as atividades dos <i>media</i> locais e nacionais.	Número de notícias relacionadas com as comunidades e cidadãos NPT.	Criar mecanismos de comunicação e divulgação sobre questões relacionadas com cidadãos NPT.
	Sensibilizar a comunidade de acolhimento para a temática das migrações e da interculturalidade.	Número de cidadãos que participa em atividades de sensibilização sobre a temática das migrações.	Fomentar a participação da comunidade de acolhimento nas atividades de sensibilização.
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Diminuir a discriminação em todas as suas formas.	Número de ações de sensibilização no combate à discriminação em serviços públicos e empresas.	Sensibilizar funcionários, empregadores, agentes educativos, em matérias de discriminação.
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Reforçar relações dos NPT com as atividades internacionais da Câmara Municipal e da sociedade civil.	Número de cidadãos NPT envolvidos em atividades de relações internacionais.	Criar e implementar mecanismos de promoção da participação dos cidadãos NPT.
DESPORTO E LAZER	Aumentar a percentagem de estrangeiros NPT que participa em atividades desportivas e socioculturais.	Número de cidadãos NPT que participa em atividades desportivas e de lazer.	Aposta no incentivo à participação.
	Criar oportunidades de participação em atividades interculturais promotoras de bem-estar físico e social.	Número de atividades desenvolvidas no âmbito do bem-estar físico e social.	Aposta em mecanismos eficazes de divulgação das atividades.
URBANISMO E HABITAÇÃO	Aumentar o número de alojamentos para NPT	Número de alojamento disponíveis	Sensibilizar os agentes imobiliários e arrendatários

3.2. DIMENSÃO OPERACIONAL

A dimensão operacional diz respeito à concretização das medidas propostas pelos vários intervenientes na elaboração do PMIM, tendo em conta as metas definidas e o período temporal estabelecido. Tendo em conta os resultados do diagnóstico local, não foi proposta qualquer medida para a área da Religião, mas foi acrescentada a área do Desporto e Lazer, pelo que o PMIM ficou estruturado em 13 áreas de intervenção e 58 medidas, a concretizar no período 2018-2020.

Destas medidas, 38 são medidas de nível 1 e 20 são medidas de nível 2, estando identificadas nos respetivos quadros com a numeração de 1 a 58 (M1...M58), independentemente da área de intervenção e do cronograma de operacionalização.

As medidas de nível 1 são aquelas que foram consideradas pelas entidades como sendo parte do núcleo duro de competências em cada concelho, na área do acolhimento e integração dos imigrantes, por serem determinantes para o seu processo de integração a nível local e que, por esse motivo, deverão ser sempre garantidas aos cidadãos imigrantes, com ou sem financiamento externo. As medidas de nível 2 são todas aquelas que não constituem prioridade de nível 1.

Assim, considerando as necessidades verificadas no diagnóstico local e a estratégia definida para o PMIM, apresentam-se, de seguida, os objetivos específicos, as medidas e as metas, bem como os responsáveis pela garantia de execução das medidas propostas, para cada uma das áreas de intervenção.

3.2.1 Mercado de trabalho e empreendedorismo

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Viana do Castelo, atualmente há 30 cidadãos NPT inscritos como desempregados, os quais correspondem a 0,03% da população residente no concelho. Da leitura dos dados do inquérito por questionário aplicado aos NPT do concelho, verifica-se que a taxa de desemprego dos mesmos é de cerca de 4,7%, muito semelhante à taxa de desemprego destes cidadãos a nível nacional. Também verificamos que 37% dos NPT de Viana do Castelo está em situação de emprego e 41,% é estudante, o que, à partida poderia indiciar a não necessidade de se considerar esta uma das áreas prioritárias do PMIM.

No entanto, dada a percentagem de desempregados e de estudantes que, num futuro próximo, entrarão para o mercado de trabalho, consideramos que é fundamental que se criem condições para que permaneçam e se fixem na região. Por outro lado, tendo em conta que as áreas de maior empregabilidade no município são o comércio, a indústria e a restauração, tratando-se, em muitos casos, de áreas diferentes das áreas profissionais de origem, a aposta em formação e capacitação noutras áreas de conhecimento poderá contribuir para a aquisição de novas competências que possam abrir o leque de ofertas de empregabilidade, passando, nomeadamente, pela criação do próprio negócio. Se bem que a taxa de desemprego dos NPT no concelho de Viana do Castelo não se possa considerar elevada há que referir, contudo, que o perfil económico do concelho² - com predomínio no setor terciário e nas micro empresas - não o torna uma região atrativa ao nível do mercado do trabalho, o que só por si, pode condicionar a fixação dos imigrantes ativos.

A aposta na criação do próprio negócio pode ser uma forma de aumentar a taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT.

Daí as medidas propostas neste Plano passarem pela formação em técnicas de procura ativa de emprego, pela organização de sessões de divulgação sobre oferta formativa em áreas profissionais/operacionais e a organização de sessões de sensibilização/informação sobre direitos do trabalho e sessões de informação sobre os fundos disponíveis para a criação do próprio negócio.

² Diagnóstico social do concelho de Viana do Castelo

Quadro 2 - Dimensão operacional para a área de mercado de trabalho e empreendedorismo

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar a taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT	Aumentar as competências pessoais e sociais facilitadoras da empregabilidade dos cidadãos estrangeiros	M1. Formação em técnicas de procura ativa de emprego	1	Formar pelo menos 10 cidadãos NPT na área da procura ativa de emprego	N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso a formação na procura ativa de emprego	IEFP
		M2. Organização de sessões de divulgação, junto dos NPT, sobre a oferta formativa em áreas profissionais/operacionais	1	Envolver pelo menos 20 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões	IEFP ESS-IPVC
		M3. Promoção de sessões de sensibilização/informação sobre direitos e deveres no trabalho	1	Envolver pelo menos 10 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões	CMVC Apoio da ACT
		M4. Atualizar e republicar uma brochura sobre direitos e deveres dos trabalhadores, traduzida nas línguas das comunidades de NPT mais representativas	2	Publicar 200 brochuras	N.º de cidadãos NPT com acesso às brochuras	CMVC Apoio da ACT
		M5. Formação em competências básicas em contexto de trabalho	2	Formar 12 NPT	Nº de NPT que finaliza a formação	CMVC
	Aumentar as competências pessoais facilitadoras do empreendedorismo	M6. Promoção de sessões de informação sobre os fundos disponíveis para a criação do próprio negócio	1	Abranger 8 cidadãos NPT nas sessões de informação	Nº de cidadãos NPT que procuram estas sessões	CMVC-SGEAE; ANDC
	Aumentar número de empreendedores entre os NPT	M7. Criação de brochura com informação traduzida sobre os apoios ao empreendedorismo	2	Publicar 200 brochuras	Nº de cidadãos NPT com acesso à brochura	CMVC- SGEAE ANDC
	Aumentar o número de empregadores com boas práticas na área da empregabilidade e integração de NPT	M8. Promoção de ações de sensibilização para as empresas do concelho na área da responsabilidade social e boas práticas na integração de Imigrantes	1	Sensibilizar 10 empresários	Nº de empresários que participa nas sessões.	CMVC ACT AEVC SEF

3.2.2 Educação e Língua

Apesar dos cidadãos inquiridos terem apontado a língua como uma das principais dificuldades na adaptação a Portugal, e a terem considerado o fator mais importante para a integração no país, não referiram grandes dificuldades no domínio da mesma. Tendo em consideração que 46% dos cidadãos NPT inquiridos tem origem em países de língua oficial portuguesa, justifica-se este fato. Os inquiridos apontaram as maiores dificuldades na expressão escrita.

Contudo, analisada a informação recolhida junto das instituições de ensino, do CLAI, do GAF e no “*Fócus Group*”, concluiu-se que o pouco conhecimento da língua portuguesa tem sido uma barreira à integração dos cidadãos NPT na comunidade de acolhimento, sobretudo no que se refere às comunidades ucraniana, nepalesa, russa, chinesa e síria. Isto porque os cursos de *Português Para Todos* não têm colmatado esta dificuldade, não só pelo próprio programa oferecido pelo ministério de Educação (ME), que não oferece continuidade, como também pela duração dos mesmos e por dificuldades burocráticas (exigência de documentos de que os cidadãos NPT não dispõem). No que respeita a medidas direcionadas à população escolar estrangeira, ao nível das instituições de ensino, verifica-se que há apoio individual, tutorias, apoio pedagógico e coadjuvações, em contexto de sala de aula.

Tendo em conta o que atrás foi referido, para colmatar as dificuldades ao nível da língua, prevê-se a organização de sessões de português básico, em complemento do programa Português para Todos, de forma gratuita e ao longo de todo o ano. Tendo-se verificado, também, algumas dificuldades por parte dos jovens NPT, na compreensão de algumas matérias de estudo mais específicas, o apoio ao estudo será uma das medidas, na área de educação e língua, contemplada neste Plano.

Quadro 3 - Dimensão operacional para a área de Educação e Língua

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar/consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa.	Proporcionar cursos certificados de português básico	M9. Formação em língua portuguesa: <i>Português para Todos</i>	1	Certificar 50% dos cidadãos NPT inscritos nos cursos PPT	% de cidadãos NPT que conclui com sucesso formação em língua portuguesa	IEFP; ESM; EsMaior; AEVC
	Promover cursos de aperfeiçoamento da língua portuguesa junto dos cidadãos imigrantes	M10. Organização de 80 horas de aperfeiçoamento da língua portuguesa	2	Envolver 8 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que frequenta as sessões	CMVC-GCS (BLV)
	Sessões de português básico para complementar os cursos de PPT	M11. Organização de 80 horas de formação em língua portuguesa -nível básico	2	Envolver 10 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que frequenta as sessões	CMVC
	Apoio ao estudo em áreas especializadas (biologia, matemática, físico-química).	M12. Organização de 2 horas semanais de apoio ao estudo, durante 2 anos letivos, para ensino básico, secundário e superior	2	Envolver 6 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que frequenta as sessões	CMVC

3.2.3 Capacitação e formação

A formação e a capacitação para a aquisição de novos conhecimentos e competências é essencial não só para o acesso dos cidadãos NPT ao mercado de trabalho, como também para o próprio

desenvolvimento individual e social, razão pela qual consideramos fundamental o estabelecimento de algumas medidas, no sentido de proporcionarem espaços formativos a estes cidadãos. Assim, o conjunto de medidas, que estão descritas no quadro resumo, não resultam apenas das necessidades identificadas no diagnóstico mas, também, de um conjunto de ideias transmitidas por conceções teóricas acerca da integração dos imigrantes e daquilo que consideramos fundamental para a sua dignificação enquanto seres humanos.

No que concerne ao interesse em frequentar cursos de formação, por parte dos cidadãos NPT, a maioria dos inquiridos respondeu afirmativamente, mostrando interesse na capacitação e formação como incremento e desenvolvimento das competências individuais. Tendo em conta as áreas de formação preferenciais referidas pelos cidadãos NPT inquiridos, e já indicadas no diagnóstico local, foram propostas medidas que vão de encontro ao que atrás referenciamos e que vão indicadas no quadro seguinte.

Quadro 4 - Dimensão operacional para a área de Capacitação e Formação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Capacitar os cidadãos NPT para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais	Aumentar as oportunidades de formação modular certificada	M13. Formação modular certificada em áreas profissionais operacionais	1	Formar 12 cidadãos NPT através de formações modulares certificadas	N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso os cursos de formação de curta duração	IEFP
		M14. Formação em Marketing Pessoal	2	Formar, pelo menos, 12 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso o curso de formação	CMVC
		M.15 Formação em informática aplicada à integração sociocultural	2	Formar, pelo menos 12 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões	CMVC
	Aumentar a oportunidade de participação em formações/projetos existentes na comunidade	M16. Garantir, pelo menos, uma vaga, em cada um dos cursos da Escola de Hotelaria e Turismo, para cidadãos NPT	1	Formar, pelo menos 4 NPT em cursos de hotelaria	N.º de cidadãos NPT que participa nestes cursos	EHTVC
M17. Garantir, pelo menos, uma vaga, em cada um das sessões do projeto "Saberes em Teia"		1	Capacitar, pelo menos 4 NPT, em áreas de conhecimento do projeto ST	N.º de cidadãos NPT que participa no projeto	CMVC	

3.2.4 Cultura

Diversos estudos referem a influência cultural mútua entre imigrantes e comunidades de acolhimento, o seu impacto nos processos de integração e a necessidade da manutenção das tradições como fatores de identidade das comunidades, como processos dinâmicos, complexos e que vão muito para além da simples oposição entre regimes nacionais diferentes.

O diagnóstico local mostra-nos que a grande maioria dos cidadãos NPT, que reside no concelho, não participa em atividades socioculturais ou em associações locais, assim como não conhece a oferta cultural, artística e associativa existente. Também não se verifica a produção ou organização regular de eventos e/ou ações dedicados ao tema da imigração ou da interculturalidade, assim como também não há evidências de eventos e/ou ações realizados por imigrantes abertos à comunidade de acolhimento. Por considerarmos que as atividades culturais podem ser um meio privilegiado para a partilha do conhecimento da identidade das comunidades (imigrante e de acolhimento), pretendemos que a intervenção pela área da cultura se traduza, principalmente, no sentido de reforçar a expressão da diversidade cultural, incentivar atividades promotoras do diálogo intercultural e da multiculturalidade e apoiar iniciativas que valorizem como positivo o contributo dos imigrantes e das suas culturas para a comunidade de acolhimento.

A sensibilização dos produtores culturais para a temática da integração dos imigrantes no combate à discriminação e para o diálogo intercultural são igualmente focos de atenção nesta área. Por isso, as medidas propostas, e que constam do quadro resumo referente a esta área, vão no sentido de se desenvolver uma política de incentivo à participação de NPT nas atividades culturais do concelho.

Quadro 5 - Dimensão operacional para a área de Cultura

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESP.
Aumentar a percentagem de cidadãos NPT que participa em atividades socioculturais.	Fomentar a divulgação das ofertas locais ao nível da cultura.	M18. Distribuição e divulgação da agenda cultural e outras informações culturais pela comunidade de NPT, via correio normal e correio eletrónico.	1	Chegar a, pelo menos, 30% da população NPT residente no Concelho.	N.º de agendas culturais distribuídas; N.º de cidadãos NPT contactados.	CMVC-GCS; Cáritas
		M19. Colocação da agenda cultural em pontos estratégicos, com apoio dos parceiros	1	Chegar a, pelo menos, 30% da população NPT residente no Concelho.	N.º de agendas culturais distribuídas; N.º de cidadãos NPT contactados	ESSMM; ESM; GAF; IEFP
	Desenvolver uma política de incentivo à participação de NPT nas atividades socioculturais	M20. Possibilidade de participação em atividades promovidas pelos grupos folclóricos.	1	Envolver 10 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que aderem às atividades/ações propostas	CMVC-GCS; AGFAM
		M21. Oferta de bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais.	1	Disponibilizar entre 2 a 4	N.º de bilhetes	EPMVC

				bilhetes, por espetáculo.	disponibilizados; N.º de cidadãos NPT que adere	
		M22. Participação nas oficinas de formação em teatro para crianças e jovens	2	Disponibilizar 4 lugares, por cada oficina	N.º de cidadãos NPT envolvidos na formação	CDV
Promover eventos e/ou ações dedicados ao tema da imigração ou da interculturalidade	Proporcionar oportunidades de participação de migrantes em atividades culturais, desportivas e de lazer	M23. Promoção de encontros interculturais	2	Realizar 8 encontros interculturais	Nº encontros realizados	CMVC CLAIM ESSMM ESM IPVC ISS ACGB CRIA
		M24. Organização de visitas a locais de interesse	2	Realização de 8 visitas	Nº de visitas realizadas	CMVC

3.2.5 Cidadania e Participação Cívica

Pela observação das respostas ao inquérito por questionário, e no que se refere à cidadania e participação cívica, verificamos que a maioria dos cidadãos inquiridos ocupa os seus tempos livres a passear, a estar com os amigos e na internet. A grande maioria (87,5%) não faz parte de nenhuma associação ou grupo cultural e muito poucos participam quer em eventos organizados pela comunidade de origem quer pela comunidade de acolhimento.

No que diz respeito ao direito de voto dos cidadãos inquiridos que são elegíveis para votar, apenas 8,3% afirmou *estar recenseado*. No município não há ainda evidências de iniciativas de informação e sensibilização, nem de sessões de esclarecimento sobre o recenseamento eleitoral dos imigrantes. A falta de recursos, quer humanos quer financeiros, surge como uma das principais influências desta situação.

Depois de analisados os resultados dos inquéritos por questionário, os dados dos Censos e do SEF, e de contactadas as Juntas de Freguesia, a informação que obtivemos sobre a filiação política e sindical dos cidadãos NPT é praticamente inexistente.

O associativismo é por si só uma forma das pessoas estabelecerem relações, de se aproximarem e de se organizarem segundo um determinado objetivo, desempenhando uma função importante no acolhimento e integração dos imigrantes. Dos cidadãos inquiridos, apenas 12,5% referiu pertencer a uma associação e, na sua maioria, de âmbito cultural, não se verificando a existência de associações de imigrantes ou de apoio a imigrantes no concelho.

E porque consideramos a área da *cidadania e participação cívica* uma das áreas estratégicas do PMIM, dada a sua relevância para melhorar a integração dos cidadãos NPT na comunidade de acolhimento e, conseqüentemente, no país, são criadas 6 medidas para fomentar o associativismo e a participação cívica, descritas no quadro resumo nº 6. As entidades parceiras propõem-se organizar

atividades de educação não formal no âmbito da consciencialização para uma cidadania global, bem como formação e consultoria na área da constituição de associações, entre outras.

Quadro 6 - Dimensão operacional para a área de Cidadania e Participação Cívica

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESP.
Consciencializar para uma cidadania global e para o crescimento sustentável.	Facilitar a integração de jovens imigrantes na comunidade de acolhimento	M25. Promoção de espaços de debate, reflexão, projeção pública em matérias que interessam e preocupam os jovens imigrantes.	1	Incluir, pelo menos, 5 jovens NPT nas atividades	Nº de jovens NPT que participa nos intercâmbios/projetos; Grau de satisfação; Competências adquiridas e/ou reforçadas.	AJD
Potenciar a prática de uma cidadania ativa	Obter níveis crescentes de participação de cidadãos NPT em ações de sensibilização para a cidadania global.	M26. Integração de cidadãos NPT no grupo de colaboradores do <i>Ciclo (Re) Pensar a cidadania no Mundo Global</i> (sessões mensais com filmes comentados).	1	Incluir 4 cidadãos NPT como comentadores das sessões; Promover a participação nas sessões de 15 cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que adere ao conjunto de colaboradores do Ciclo; Número de cidadãos NPT que participa nas sessões do Ciclo.	IPVC (GEED-ESE-IPVC)
	Fomentar a oportunidade de participação no <i>Curso Livre - Aprendizagens para o Desenvolvimento: Educação, Cooperação e Cidadania Global</i> (formação anual)	M27. Integração de cidadãos NPT no <i>Curso Livre</i> , dando testemunhos sobre as suas vivências pessoais.	1	Incluir, pelo menos, 2 cidadãos NPT nos colaboradores do Curso Livre	Nº de cidadãos NPT que adere à iniciativa	
		M28. Incluir a temática das migrações no currículo do Curso livre	1	50% dos inscritos participar neste módulo	% de inscritos no curso livre	IPVC (GEED-ESE-IPVC)
	Incentivar o Voluntariado como forma de integração na comunidade	M29. Criação de uma campanha de sensibilização, junto dos cidadãos NPT, para a prática do voluntariado.	1	Envolver, pelo menos, 30 cidadãos NPT residentes no concelho de Viana do Castelo em campanhas de Voluntariado.	N.º de cidadãos NPT que participa em ações de voluntariado.	CMVC-GCS
Capacitar os NPT para uma melhor compreensão, acesso e cumprimento das exigências de integração nos organismos públicos (Finanças, Seg. Social, SNS, etc)	Aumentar os conhecimentos sobre o funcionamento dos organismos públicos, facilitar o acesso e promover a aproximação à cultura portuguesa	M30. Formação em “Cidadania e Cultura Portuguesa”	2	Formar 12 migrantes NPT	% de pessoas que acedem e % de pessoas que concluem com sucesso a ação formativa; resultados dos procedimentos de avaliação da satisfação.	CMVC

3.2.6 Serviços de Acolhimento e Integração

É na área do acolhimento e da integração que se encontram os principais fundamentos que alicerçam toda a estrutura deste plano. Assim, no que se refere ao processo de acolhimento e integração dos cidadãos NPT, verificou-se que “gostar do país”, “ter a família por perto” e “ter trabalho” são os três fatores que os inquiridos consideram como mais importantes. A língua, o trabalho, as questões de legalização, a habitação e a cultura, são as principais dificuldades apontadas pelos inquiridos na adaptação ao país e onde necessitam de maior apoio.

Em Viana do Castelo, já existem alguns recursos, ao dispor dos cidadãos NPT, com vista ao seu acolhimento, nomeadamente o CLAIM, o “Guia do Cidadão Estrangeiro” - documento *online*, disponibilizado pelo município, que pretende servir como manual de acolhimento - e materiais específicos com informações úteis para os imigrantes.

Ainda assim, consideramos que o acolhimento destes cidadãos não deve centrar-se apenas no atendimento e em dar resposta a necessidades específicas, mas antes, consubstanciar-se em todo um processo de mobilização, incentivo à participação e envolvimento em atividades promotoras do diálogo intercultural, de modo a facilitar o processo de integração na comunidade de acolhimento. É com este propósito que são criadas 4 medidas nesta área de intervenção, sendo 1 de nível 1 e 3 de nível 2.

Quadro 7 - Dimensão operacional para a área de Serviços de Acolhimento e Integração

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Garantir o apoio e o atendimento especializado aos cidadãos NPT.	Aumentar a percentagem de cidadãos NPT que tem acesso aos serviços especializados de acolhimento, informação e Integração.	M31. Manutenção de um gabinete local de apoio à integração de migrantes	2	Atingir pelo menos 300 atendimentos anuais	Nº de atendimentos e acompanhamentos anuais realizados	Cáritas (CLAI)
Garantir apoio e acompanhamento dos NPT na sua integração	Possibilitar aos NPT o apoio, acompanhamento e orientação para uma melhor integração	M32. Implementar, a nível local, o programa de mentores para migrantes	1	Acompanhar, pelo menos 8 NPT	Nº de NPT envolvidos	CMVC - BLV
Promover o aumento de informação relevante para a integração	Aumentar a informação, junto dos cidadãos NPT, sobre questões facilitadoras de integração.	M33. Criação de um guia dos recursos disponíveis na comunidade, nas línguas das comunidades de migrantes mais representativas	2	Publicar 100 guias em cada uma das línguas	Nº de guias publicados	CMVC
		M34. Criação e disponibilização de aplicação móvel que facilite a integração dos cidadãos estrangeiros	2	Utilização da aplicação, por, pelo menos, 100 NPT	Nº de utilizadores da aplicação	CMVC e IPVC

3.2.7 Saúde

Apesar de no nosso país todos os cidadãos, independentemente da sua nacionalidade e situação, terem acesso aos serviços públicos de saúde, por diferentes e variadas razões, não raras vezes os imigrantes encontram dificuldades no seu acesso. Há normativos legais e outros documentos produzidos, quer por entidades diretamente ligadas à saúde quer pelas instituições que tratam da temática das migrações, que estabelecem as regras e os apoios no sentido de melhorarem o acesso à saúde, por parte dos NPT. Mesmo assim, continuam a verificar-se constrangimentos, apontados por eles, ao nível do atendimento, das diferenças culturais, entre outros.

O atendimento nos serviços de saúde é apontado como bom ou muito bom, e não se tendo verificado outras dificuldades para além das já referidas, não se evidencia a necessidade de se criarem medidas de fundo, pelo que as medidas propostas são sobretudo centradas no aumento da informação sobre serviços específicos existentes nas diversas instituições e sobre os recursos e respostas existentes no âmbito dos cuidados preventivos de saúde (saúde oral, planeamento familiar, vacinação,...), aos quais os cidadãos NPT podem aceder.

Não existem ainda ações, a nível do município, relacionadas com a promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis para a comunidade de NPT, pelo que uma das medidas para responder a esta necessidade passa pela criação do Gabinete Intercultural de Saúde (GIS), que não será mais que um serviço de mediação e informação, com o apoio dos profissionais de saúde voluntários e/ou disponibilizados pela UCC, para facilitar o acesso desta população aos cuidados de saúde primários.

A formação e capacitação dos profissionais de saúde para a melhoria do atendimento dos cidadãos NPT é uma das medidas propostas que consideramos essenciais, tendo em conta as perceções, expectativas individuais e coletivas, comportamentos ou formas específicas de pensar e agir em relação à doença e à saúde de grupos sociais diferentes. São 5 as medidas propostas para esta área de intervenção:

Quadro 8 - Dimensão operacional para a área de Saúde

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado a cidadãos NPT.	Aumentar as competências dos profissionais de saúde em cultura e tradições dos NPT.	M35. Formação na área da cultura e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT representadas no concelho.	1	Formar 20 profissionais de saúde	Nº de profissionais que concluem com sucesso a formação na área proposta.	ULSAM (ACES; UCC); CMVC-GCS; Cáritas (CLAII)
Facilitar o acesso aos cuidados primários de saúde.	Aumentar a informação sobre outras respostas ao nível da saúde	M36. Mediação e informação no acesso aos serviços de saúde -	2	Envolver 4 profissionais de saúde	Nº de profissionais de saúde envolvidos. Nº de cidadãos NPT atendidos.	CMVC-GCS; ULSAM (UCC)
		M37. Distribuição de brochuras sobre saúde sexual, dependências e violência doméstica, em pontos estratégicos	1	Distribuir pelo menos 100 brochuras	Nº de brochuras distribuídas.	Equipa Migrantes CMVC
		M38. Disponibilização e divulgação de vídeos sobre a maternidade nas redes sociais e outros locais estratégicos	1	Abranger o maior número possível de cidadãs NPT grávidas	Nº de mulheres grávidas que acedem ao vídeo	ULSAM CMVC-GCS
		M39. Distribuição de brochura com informação sobre a maternidade em locais estratégico	1	Distribuição de 200 brochuras em cada língua.	Nº de brochuras distribuídas.	ULSAM; ESS- CMVC-GCS

3.2.8 Solidariedade e resposta social

Em consonância com as situações diagnosticadas, e tendo em conta que apesar de as instituições referirem uma baixa percentagem de cidadãos NPT com carências económicas, verifica-se que 34% de inquiridos pediu apoio social. Assim, juntamente com os parceiros responsáveis pela coesão social, as medidas a implementar neste PMIIVC passam, sobretudo, pelo atendimento e acompanhamento em situações específicas (HIV e violência doméstica), bem como, pela produção de documentos informativos sobre os recursos e as respostas sociais disponíveis na comunidade. A formação especializada sobre culturas e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT do concelho, direcionada a técnicos de atendimento e acompanhamento, é outra das medidas propostas.

Quadro 9 - Dimensão operacional para a área de Solidariedade e Resposta Social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Facilitar o acesso dos cidadãos NPT às respostas sociais existentes	Atender e acompanhar os cidadãos NPT no acesso às respostas sociais existentes	M40. Atendimento e acompanhamento de cidadãos NPT nas áreas das dependências, VIH e violência doméstica	1	Cobrir 95% dos cidadãos NPT que necessitam destes serviços	Nº de cidadãos NPT que recorrem aos serviços do GAF.	GAF
	Promover a articulação dos diferentes serviços de atendimento aos NPT	M41. Informação periódica, às entidades locais, sobre a operacionalização das medidas de integração de NPT	1	Abranger o máximo de entidades locais	Nº de entidades locais com acesso à informação	CMVC
Capacitar os profissionais de solidariedade social para um atendimento especializado a cidadãos NPT	Formar técnicos de entidades de saúde, educação e ação social para um atendimento mais personalizado e adaptado às necessidades específicas dos NPT	M42. Ação de Formação de 16 horas (4x4horas) “Excelência na Comunicação e Atendimento - para situações especiais, competências excecionais)	2	Formar 12 técnicos de entidades locais	% de pessoas que acedem e que concluem com sucesso formação; resultados da avaliação da satisfação dos participantes	CMVC-DAS;
		M43. Formação em competências culturais em contextos de migração	2	Formar 12 técnicos de entidades locais	Nº de formandos que concluem a formação	CMVC-DAS;

3.2.9 Media e sensibilização da opinião pública

A opinião pública e os *media* existentes a nível local desempenham um papel determinante na integração dos Imigrantes e na promoção do diálogo intercultural.

Desde há alguns anos que os meios de comunicação social de divulgação nacional já dispõem de programas de informação especificamente destinados a imigrantes e principalmente provenientes dos países lusófonos. Assim, tendo em conta as debilidades encontradas nesta área, ao nível do diagnóstico local, foram contactadas as principais rádios e jornais locais para se aferir a atenção e relevância atribuída por eles em matéria de migrações, as causas da inclusão, ou não, de programas ou trabalhos publicados nesta área e o interesse em mudar esta situação. Deste contacto, resultaram algumas medidas descritas no quadro resumo nº 10, que, no nosso entender, darão um grande impulso à divulgação das diferentes nacionalidades que coabitam o nosso concelho e, conseqüentemente, contribuirão para sensibilizar a opinião pública para o acolhimento e integração dos cidadãos NPT.

Algumas destas medidas passam pela recolha de informação para notícias periódicas, bem como entrevistas a NPT, nas rádios locais; manutenção de uma coluna de informação sobre imigrantes, na imprensa local e da página no *Facebook* sob o tema “Imigrantes e Viana do Castelo”.

A organização de conferências, seminários e *workshops*, dinamizados quer por elementos da comunidade de acolhimento quer por cidadãos NPT, incluem-se nas medidas propostas, como forma privilegiada de sensibilizar a opinião pública, uma vez que possibilitam a interação, o debate e a partilha de informação e conhecimentos sobre a comunidade imigrante.

Quadro 10 - Dimensão operacional para a área de Media e Sensibilização da Opinião Pública

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESP.
Criar oportunidades de difusão de iniciativas de NPT, suas organizações e comunidades.	Aumentar o número de notícias relativas à comunidade de NPT, e suas organizações, divulgadas nos <i>media</i> locais.	M44. Recolha de informação para notícias periódicas sobre os NPT	1	5 notícias por ano	Nº de programas realizados por ano.	CMVC, Rádios Locais
Reforçar relações dos cidadãos NPT com as atividades dos <i>media</i> e das redes sociais	Aumentar o número de notícias sobre NPT	M45. Organização de uma coluna de informação NPT numa publicação local	1	Criar uma coluna informativa NPT.	Nº de edições que contêm a coluna informativa	Jornal Alto Minho; CMVC
		M46. Manutenção do grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no <i>Facebook</i>	1	Manter Grupo no <i>Facebook</i>	Nº de membros que aderem ao grupo.	CMVC-GCS (através da Equipa dos Migrantes)
Sensibilizar a comunidade de acolhimento para a temática das migrações e da interculturalidade	Promover atividades culturais direcionadas à comunidade de acolhimento.	M47. <i>Workshops</i> dinamizados por cidadãos NPT em áreas da sua competência (gastronomia, artesanato, danças, entre outras áreas)	2	Envolver 10 NPT na dinamização de <i>workshops</i>	Nº de NPT que dinamizam os <i>workshops</i>	CMVC
		M48. Organização de 3 seminários/ conferências no âmbito do estudo das migrações.	1	Realizar 3 Seminários/ Conferências	N.º de Seminários Realizados; N.º de participantes	ASSOCIAM CMVC
		M49. Criação de um programa de entrevistas aos cidadãos NPT sobre os seus países de origem e a ser difundido nos <i>media</i> locais.	1	Realizar pelo menos 6 entrevistas.	Nº de entrevistas. Nº de entrevistados.	CMVC Rádio Geice

3.2.10 Racismo e discriminação

Ainda que do diagnóstico local não resulte evidência de situações de racismo e discriminação em Viana do Castelo, consideramos que estes são uma dificuldade para a integração e adaptação na comunidade de acolhimento. Neste sentido, as principais medidas a implementar nesta área passam pela realização de ações de informação e sensibilização junto dos serviços públicos, empresários, comunidade escolar e população em geral sobre discriminação direta e indireta. As escolas podem ser espaços privilegiados para a interiorização de uma cultura de integração, pelo que criação de um dia dedicado à multiculturalidade nas escolas do concelho será uma aposta, enquanto medida de acolhimento e integração de NPT.

Quadro 11 - Dimensão operacional para a área de Racismo e Discriminação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESP.
Diminuir a discriminação em todas as suas formas.	Capacitar os profissionais de atendimento dos serviços públicos que lidam diretamente com a população imigrante para a equidade.	M50. Promoção de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a profissionais dos serviços públicos	1	Dinamizar 2 sessões de sensibilização. Envolver pelo menos 15 técnicos.	Nº de sessões realizadas; Nº de participantes.	Cáritas (CLAIMI); CMVC-GCS
	Sensibilizar os empresários para a igualdade de género nos direitos e deveres no trabalho.	M51. Realização de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a empresários.	1	Dinamizar pelo menos 1 sessão de sensibilização por ano. Envolver pelo menos 15 empresários.	Nº de ações de sensibilização realizadas. Nº de participantes.	ACT AEVC SEF
	Promover a partilha das diferentes tradições culturais junto da comunidade escolar	M52. Estabelecimento de um dia escolar dedicado à “multiculturalidade”	1	Envolver 20% das escolas de ensino básico na semana da multiculturalidade	% de escolas envolvidas Nº de crianças e jovens participantes	Agrupamentos de escolas do concelho

3.2.11 Urbanismo e Habitação

No que diz respeito às condições de habitabilidade, a grande maioria dos inquiridos vive em casa arrendada e sente-se satisfeita com o local onde vive, considerando que o seu estado de conservação é bom. Esta tendência é semelhante à que se vive a nível nacional.

Segundo o levantamento feito junto da Divisão da Coesão Social, não existem núcleos habitacionais no município onde se verifique uma maior concentração de imigrantes e seus descendentes, nem há espaços ou áreas que pareçam ser mais procuradas por determinados imigrantes ou nacionalidades.

Tendo em conta os resultados do diagnóstico local, não se verificam situações de estrangeiros em alojamentos precários, sobrelotados e sem infraestruturas básicas. Acompanhando estes dados com os do levantamento institucional efetuado junto de algumas instituições de acolhimento do concelho de Viana do Castelo, nomeadamente o CLAIM e GAF, e sobre necessidades, não existem razões que levem ao estabelecimento de medidas relativas à melhoria de condições de habitabilidade. Contudo, tendo-se vindo a verificar dificuldades no arrendamento de habitação a imigrantes, mais especificamente a requerentes de asilo, entende-se que é prioritário desenvolver ações de sensibilização junto de empresários do setor imobiliário, no sentido de uma maior abertura a estas situações.

Quadro 12 - Dimensão operacional para a área do Urbanismo e Habitação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Sensibilizar empresários da habitação e arrendatários para as questões das migrações	Promover a oportunidade dos NPT conseguirem habitação no concelho	M53. Sessões de sensibilização destinadas a agentes imobiliários e arrendatários	1	Incluir 20 empresários e arrendatários	Nº de agentes imobiliários e arrendatários	CMVC AEVC

3.2.12 Relações internacionais

No concelho de Viana do Castelo, no que se refere aos cidadãos NPT e à relações internacionais, não existe ainda uma política definida para o desenvolvimento de atividades relacionadas com a internacionalidade nem de atração de imigrantes, a não ser na perspetiva de captação de investidores e empresas, bem como de estudantes oriundos de países fora da Europa.

Assim, as medidas a integrar no PMIM, para esta área, passam pelo fomento da participação dos cidadãos NPT nas ações internacionais municipais e na realização de intercâmbios em regiões onde se desenvolvam ações no âmbito das relações internacionais.

Quadro 13 - Dimensão operacional para a área Relações Internacionais

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Reforçar relações dos cidadãos NPT com as atividades internacionais da Câmara Municipal.	Aumentar o número de cidadãos NPT envolvidos em organizações sociais e culturais com atividades internacionais.	M54. Realização de intercâmbios para conhecimento de outras regiões.	1	Incluir, pelo menos, 3 jovens NPT nas atividades	Nº de jovens NPT que participa nos intercâmbios	CMVC AJD
		M55. Promoção da participação gratuita de cidadãos NPT no Festival Internacional de Folclore.	1	Promover a participação gratuita a 15 cidadãos NPT.	Nº de participantes	CMVC

3.2.13 Religião

A religião é um dos fatores que pode surgir como obstáculo à integração dos imigrantes, não só pela diferença minoritária em relação à comunidade de acolhimento, como também pela falta de locais de culto.

Em Portugal, onde predomina a religião católica romana, a convivência religiosa é pacífica, coexistindo diversas religiões e cultos. A interação entre indivíduos de comunidades de diferentes credos (sobretudo entre os credos cristãos e não-cristãos) poderá ser uma realidade não muito expressiva, provavelmente por razões de âmbito mais vasto - étnico, cultural ou social - e não especificamente religioso. A recente vaga imigratória terá, neste campo, contribuído para uma maior

diversidade religiosa, designadamente pelo crescimento das comunidades islâmica, hindu, budista e ortodoxa, para além de outros cultos cristãos.

Verificou-se que no concelho de Viana do Castelo coexistem diferentes religiões, nomeadamente a católica que representa a grande maioria, bem como a protestante, hindu, islâmica, budista, ortodoxa e evangélica como as mais representativas entre os imigrantes inquiridos por questionário. Também se verificou que 56% dos inquiridos afirmaram praticar a sua religião e consideram que têm condições para o fazer. Isto deve-se ao facto de a maioria dos inquiridos serem católicos e, portanto, terem acesso aos locais de culto predominantes no país.

Quanto à religião ortodoxa, a segunda mais representada a seguir à católica, a Diocese de Viana do Castelo cedeu um espaço à Igreja Católica Ortodoxa Patriarcado de Constantinopla - Capela de Stº André - onde, semanalmente, os praticantes desta religião se encontram para o culto.

Assim, os indicadores apresentados pelo diagnóstico realizado, bem como os dados do INE baseados nos Censos 2011, mostram que as principais religiões mais representadas têm espaços para o culto, não se diagnosticando, por isso, necessidades para a sua prática, pelo que, também não se justifica a definição de qualquer medida como resposta a esta área de intervenção.

3.2.14 Desporto e Lazer

Como se pode verificar no diagnóstico local, os cidadãos inquiridos dedicam relativamente pouco tempo a questões ligadas ao *desporto* e *lazer* e não têm o hábito de participar em festas, sejam organizadas pela sua comunidade de origem, sejam organizadas pela comunidade local.

O Município de Viana do Castelo, como já atrás referimos, tendo aderido ao movimento das Cidades OMS, propôs-se desenvolver estratégias de promoção da saúde direccionadas à população migrante residente no concelho e, neste contexto, através do seu GCS, e da Equipa dos Migrantes, tem vindo a promover atividades lúdicas, recreativas e de lazer destinadas a migrantes. Da experiência da Equipa dos Migrantes e de relações retiradas dos vários encontros com cidadãos migrantes, verifica-se que a existência de momentos como os referidos, além de promoverem melhor saúde e bem-estar, propiciam uma maior coesão quer com a comunidade local quer com outros cidadãos estrangeiros. Além disso, a *European Commission, 2007 cit. por Moraes, M., 2013*, refere que “parece fazer um sentido especial falar em integração social quando se trata de minorias e, neste caso, o desporto pode dar um importante contributo. No Livro Branco sobre o Desporto é defendido isso mesmo. Nele, destaca-se o papel do desporto no fomento da noção comum de pertença e de participação, especialmente dos migrantes e pessoas de origem estrangeira, facilitando o diálogo intercultural. É ainda salientada a importância da disponibilização de espaços e do apoio às atividades desportivas permitindo uma interação positiva entre imigrantes e nativos”.

Assim, para esta área de intervenção, são propostas 3 medidas, que passam pela forte divulgação da informação sobre as atividades desportivas existentes no concelho, pela criação de oportunidades

para as diversas práticas desportivas e de incentivo à prática desportiva, pela via da facilitação do acesso (p. e., gratuidade).

Quadro 14 - Dimensão operacional para a área de Desporto e Lazer

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar a percentagem de cidadãos NPT que participa em atividades desportivas e socioculturais.	Informar e Sensibilizar a comunidade de NPT para as atividades socioculturais e desportivas desenvolvidas localmente.	M56. Distribuição da informação disponível sobre atividades desportivas e recreativas	1	Contactar pelo menos 200 cidadãos NPT, por trimestre.	Nº de contactos efetuados.	CMVC CLAIM
	Criar oportunidade para a participação de crianças e jovens NPT nas modalidades desportivas disponíveis.	M57. Possibilidade de inscrição e participação gratuita a NPT nas modalidades disponíveis.	1	Abranger 8 NPT.	Nº de NPT inscritos.	CMVC EDV
		M58. Participação de crianças e jovens em atividades desportivas	2	Participação de 5 NPT em atividades desportivas	Nº de NPT que participa nas atividades desportiva	EDV

4 MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

4.2 Monitorização e Avaliação

Sendo fundamental a avaliação do PMIM, consideramos que será importante a criação de um instrumento de avaliação credível, que, para além da validade dos resultados, possa ser usada ao longo do tempo, acompanhando os fluxos migratórios e as políticas de integração e acolhimento do concelho de Viana do Castelo.

Mais que a avaliação do PMIM propriamente dita, será importante o Município poder disponibilizar um conjunto de dados relativos aos migrantes em geral, e aos NPT em particular, não só dados estatísticos sobre a caracterização desta população, como também sobre os fluxos migratórios no concelho, no distrito e em comparação com a região Norte e o país, mas com dados específicos que podem contemplar outras variáveis, para além das que a seguir se indicam:

- Cidadãos NPT que ingressaram e concluíram formação e técnicas de procura de emprego
- Empregabilidade dos NPT
- Apoio à criação de negócios e negócios criados
- Formação em língua portuguesa e em outras áreas
- Inclusão cultural - atividades desenvolvidas, associações culturais criadas, voluntariado, apoio à integração
- Produção de brochuras e outros materiais sobre diversa informação para os NPT
- Atendimento e acompanhamento de cidadãos NPT nas áreas das dependências, VIH e violência doméstica
- Sucesso educativo de crianças no sistema de ensino

Uma vez que o Município de Viana do Castelo, em parceria com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Escola Superior de Saúde, já tem constituído um Observatório com vista a monitorizar, avaliar e difundir informação sobre os projetos desenvolvidos no âmbito do Projeto “Viana do Castelo Cidade Saudável”, consideramos desenvolver uma ferramenta informática, passível de integração com outras plataformas, onde constarão todos os dados recolhidos, com atualizações sistemáticas ao longo do tempo e de forma sustentada, os quais estariam disponíveis no Observatório para a população em geral. Seria uma ferramenta para apoiar, não só a avaliação do Plano como para manter no futuro com a informação atualizada.

A ferramenta contará com diferentes níveis de acesso, sendo que, enquanto o carregamento da informação será efetuado pelas entidades responsáveis aquando de cada ação, o acesso às funcionalidades de análise dos dados e relatórios ficará restrito ao Observatório.

Para além de outros dados sobre os fluxos migratórios do concelho, os dados a monitorizar relativos ao PMIM, resultarão do alinhamento entre metas, indicadores e meios de verificação.

Cronograma:

Atividade 1 - Diagnóstico de necessidades (6 MESES): nesta atividade a equipa do IPVC definirá os indicadores passíveis de monitorização e, juntamente com os restantes stakeholders, construirá a metodologia para a recolha de dados. Em simultâneo, serão definidos os requisitos físicos e operacionais da ferramenta informática.

Atividade 2 - Desenvolvimento da ferramenta informática (6 MESES): com a colaboração de 1 investigador júnior e supervisão da equipa do IPVC será desenvolvida a ferramenta informática de acordo com as especificações predefinidas.

Atividade 3 - Implementação, teste e operacionalização (12 MESES): esta atividade pressupõe a disponibilização da ferramenta a todos os stakeholders de forma a procederem ao carregamento da informação, com a periodicidade que vier a ser definida. Ao longo do período a equipa do IPVC construirá métodos de trabalho e outras ferramentas que, no longo prazo, para além da vigência do projeto, permitam a operabilidade da ferramenta e obtenção atualizada da informação necessária.

4.3 Avaliação de processo

Esta avaliação sustenta-se nos objetivos, medidas, metas e indicadores previstos no projeto. Para tal, pretende-se utilizar a informação disponibilizada pelos responsáveis pela implementação das medidas, com recurso aos instrumentos e meios de verificação previstos para o acompanhamento e monitorização.

Pretende-se, ainda, fazer recurso a entrevistas para avaliar a perceção dos responsáveis das medidas relativamente à sua implementação.

Esta avaliação decorrerá ao longo da implementação do PMII, sendo o relatório apresentado semestralmente.

4.4 Meios de verificação

A fim de facilitar o processo de avaliação do PMIM, foi elaborado um quadro com o alinhamento entre metas, indicadores e meios de verificação:

Quadro 15 - Listagem dos meios de verificação correspondentes a cada medida do PMIM

Área	Medidas	Indicadores	Meios de verificação
Mercado de trabalho e empreendedorismo	M1. Formação em técnicas de procura ativa de emprego	N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso a formação na procura ativa de emprego	Grelha de avaliação
	M2. Organização de sessões de divulgação, junto dos NPT, sobre a oferta formativa em áreas profissionais/operacionais	N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões	Registos de presenças
	M3. Promoção de sessões de sensibilização/ informação sobre direitos e deveres no trabalho	N.º de cidadãos NPT que participa nestas sessões	Registos de presenças
	M4. Atualizar e republicar uma brochura sobre direitos e deveres dos trabalhadores, traduzida nas línguas das comunidades de NPT mais representativas	N.º de cidadãos NPT com acesso às brochuras	Registos de presenças
	M5. Formação em competências básicas em contexto de trabalho	Nº de NPT que finaliza a formação	Lista de inscrição
	M6. Promoção de sessões de informação sobre os fundos disponíveis para a criação do próprio negócio	Nº de cidadãos NPT que procuram estas sessões	Registos de presenças
	M7. Criação de brochura com informação traduzida sobre os apoios ao empreendedorismo	Nº de cidadãos NPT com acesso às brochuras	Registo de negócios criados
	M8. Promoção de ações de sensibilização para as empresas do concelho na área da responsabilidade social e boas práticas na integração de Imigrantes	Nº de empresários que participa nas sessões.	Registos de presenças
Educação e Língua	M9. Formação em língua portuguesa: <i>Português para Todos</i>	% de cidadãos NPT que conclui com sucesso formação em língua portuguesa	Grelha de avaliação
	M10. Organização de 80 horas de aperfeiçoamento da língua portuguesa	N.º de cidadãos NPT que frequenta as sessões	Registos de presenças
	M11. Organização de 80 horas de formação em língua portuguesa nível básico	N.º de cidadãos NPT que frequenta as sessões	Lista de inscrição
	M12. Organização de 2 horas semanais de apoio ao estudo, durante 2 anos letivos, para ensino básico, secundário e superior	N.º de cidadãos NPT que frequenta as sessões	Registos de presenças
Capacitação e Formação	M13. Formação modular certificada em áreas profissionais operacionais	N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso os cursos de formação de curta duração	Registo de presenças
	M14. Formação em Marketing Pessoal	N.º de cidadãos NPT que conclui com sucesso o curso de formação	Grelha de avaliação
	M.15 Formação em informática aplicada à integração sociocultural	N.º de cidadãos NPT que participa que conclui com sucesso a formação	Grelha de avaliação
	M16. Garantir, pelo menos, uma vaga, em cada um dos cursos da Escola de Hotelaria e Turismo, para cidadãos NPT	N.º de cidadãos NPT que participa nestes cursos	Grelha de avaliação
	M17. Garantir, pelo menos, uma vaga, em cada um das sessões do projeto “Saberes em Teia”	N.º de cidadãos NPT que participa no projeto	Registos de presenças
Cultura	M18. Distribuição e divulgação da agenda cultural e outras informações culturais pela comunidade de NPT, via correio normal e correio eletrónico.	N.º de agendas culturais distribuídas; N.º de cidadãos NPT contactados.	Registo de material distribuído
	M19. Colocação da agenda cultural em pontos estratégicos, com apoio dos parceiros	N.º de agendas culturais distribuídas; N.º de cidadãos NPT contactados	Registo de material distribuído
	M20. Possibilidade de participação em atividades promovidas pelos grupos folclóricos.	N.º de cidadãos NPT que aderem às atividades/ações propostas	Registo de novos membros
	M21. Oferta de bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais.	N.º de bilhetes disponibilizados; N.º de cidadãos NPT que adere	Registo do número de bilhetes disponibilizados
	M22. Participação nas oficinas de formação em teatro para crianças e jovens	N.º de cidadãos NPT envolvidos na formação	Registos de presenças
	M23. Promoção de encontros interculturais	Nº encontros realizados	Registos de presenças
	M24. Organização de visitas a locais de interesse	Nº de visitas realizadas	Registos de presenças

Área	Medidas	Indicadores	Meios de verificação
Cidadania e Participação cívica	M25. Promoção de espaços de debate, reflexão, projeção pública em matérias que interessam e preocupam os jovens imigrantes.	Nº de jovens NPT que participa nos encontros/atividades	Registo de participantes; Grelhas de avaliação.
	M26. Integração de cidadãos NPT no grupo de colaboradores do <i>Ciclo (Re) Pensar a cidadania no Mundo Global</i> (sessões mensais com filmes comentados).	N.º de cidadãos NPT que adere ao conjunto de colaboradores do Ciclo; Número de cidadãos NPT que participa nas sessões do Ciclo.	Registos de presenças; Registo de associações criadas/atas.
	M27. Integração de cidadãos NPT no <i>Curso Livre</i> , dando testemunhos sobre as suas vivências pessoais.	Nº de cidadãos NPT que adere à iniciativa	Registo de participantes.
	M28. Incluir a temática das migrações no currículo do Curso livre	Nº de inscritos no curso livre	Registo de participantes.
	M29. Criação de uma campanha de sensibilização, junto dos cidadãos NPT, para a prática do voluntariado	N.º de cidadãos NPT que participa em ações de voluntariado.	Listas de inscrição.
	M30. Formação em “Cidadania e Cultura Portuguesa”	% de pessoas que acedem e % de pessoas que concluem com sucesso a ação formativa; resultados dos procedimentos de avaliação da satisfação.	Registo de participantes.
Serviços de Acolhimento e Integração	M31. Manutenção de um gabinete local de apoio à integração de migrantes	Nº de atendimentos e acompanhamentos anuais realizados	Registo de ações realizadas.
	M32. Implementar, a nível local, o programa de mentores para migrantes	Nº de NPT envolvidos	Registo de atendimentos.
	M33. Criação de um guia dos recursos disponíveis na comunidade, nas línguas das comunidades de migrantes mais representativas	Nº de guias publicados	Registo de atividades.
	M34. Criação e disponibilização de aplicação móvel que facilite a integração dos cidadãos estrangeiros	Nº de utilizadores da aplicação	Registo de atualizações da página de <i>Internet</i> .
Saúde	M35. Formação na área da cultura e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT representadas no concelho.	Nº de profissionais que concluem com sucesso a formação na área proposta.	Grelhas de avaliação.
	M36. Manutenção de um gabinete de mediação e informação no acesso aos serviços de saúde - Gabinete Intercultural de Saúde (GIS).	Nº de profissionais que concluem com sucesso a formação na área proposta.	Registo de Presenças
	M37. Distribuição de brochuras sobre saúde sexual, dependências e violência doméstica, em pontos estratégicos	Nº de profissionais de saúde envolvidos. Nº de cidadãos NPT atendidos.	Registo de material distribuído
	M38. Disponibilização e divulgação de vídeos sobre a maternidade nas redes sociais e outros locais estratégicos	Nº de brochuras e distribuídas.	Registo de material distribuído
	M39. Distribuição de brochura com informação sobre a maternidade em locais estratégico	Nº de mulheres grávidas que acedem ao vídeo	Registo de material distribuído
Solidariedade e Resposta Social	M40. Atendimento e acompanhamento de cidadãos NPT nas áreas das dependências, VIH e violência doméstica	Nº de cidadãos NPT que recorrem aos serviços do GAF.	Registo de atendimentos realizados.
	M41. Informação periódica, às entidades locais, sobre a operacionalização das medidas de integração de NPT	Nº de entidades locais com acesso à informação	Registo de visitas.
	M42. Ação de Formação de 16 horas (4x4horas) “Excelência na Comunicação e Atendimento - para situações especiais, competências excecionais)	Nº de profissionais que participa na formação.	Registos de presenças
	M43. Formação em competências culturais em contextos de migração	N.º de dinamizadores formados.	Registos de presenças.
Média e Sensibilização da Opinião Pública	M44. Recolha de informação para notícias periódicas sobre os NPT	Nº de programas realizados por ano.	Registo de notícias difundidas
	M45. Organização de uma coluna de informação NPT numa publicação local	Nº de edições que contém a coluna informativa	Registo das edições
	M46. Manutenção do grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no <i>Facebook</i>	Nº de membros que aderem ao grupo.	Registo de visualizações
	M47. <i>Workshops</i> dinamizados por cidadãos NPT em áreas da sua competência (gastronomia, artesanato, danças, entre outras áreas)	Nº de NPT que dinamizam os <i>workshops</i>	Registo de adesões.
	M48. Organização de 3 seminários/ conferências no âmbito do estudo das migrações.	N.º de Seminários Realizados; N.º de participantes	Registo de presenças
	M49 Criação de um programa de entrevistas aos cidadãos NPT sobre os seus países de origem e a ser difundido nos <i>media</i> locais.	Nº de entrevistas. Nº de entrevistados.	Registo de participantes.

Área	Medidas	Indicadores	Meios de verificação
Racismo e Discriminação	M50. Promoção de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a profissionais dos serviços públicos	Nº de sessões realizadas; Nº de participantes.	Registo de atividades realizadas; Registo de participantes.
	M51. Realização de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a empresários.	Nº de ações de sensibilização realizadas; Nº de participantes.	Registo de atividades realizadas; Registo de participantes.
	M52. Estabelecimento de um dia escolar dedicado à "multiculturalidade"	Nº ações realizadas Nº de escolas que participam	Registo de atividades realizadas e nº de participantes
Urbanismo e habitação	M53. Sessões de sensibilização destinadas a agentes imobiliários e arrendatários	Nº de ações de sensibilização realizadas; Nº de participantes	Registo de participantes
Relações Internacionais	M54. Realização de intercâmbios para conhecimento de outras regiões.	Nº de ações realizadas; Nº de participantes.	Registo de atividades realizadas; Registo de participantes.
	M55. Promoção da participação gratuita de cidadãos NPT no Festival Internacional de Folclore.	Nº de participantes.	Registo de participantes.
Desporto e Lazer	M56. Distribuição da informação disponível sobre atividades desportivas e recreativas	Nº de contactos efetuados.	Registo de contactos.
	M57. Possibilidade de inscrição e participação gratuita a NPT nas modalidades disponíveis.	Nº de inscritos nas modalidades desportivas	Registo da frequência
	M58. Participação de crianças e jovens em atividades desportivas	Nº de inscritos nas modalidades desportivas	Registo da frequência

ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO

O modelo de governação proposto engloba duas componentes:

1. A implementação das medidas;
2. A monitorização do PMIM;

A estrutura será dimensionada de forma a permitir que os colaboradores afetos ao acompanhamento do Plano acumulem funções com as que já realizam (Município, Equipa dos Migrantes, rede de parceiros). Relativamente a recursos humanos, será uma opção o recorrer a serviços de suporte, em exclusividade, para a monitorização e para a aferição do grau de implementação do PMIM. O Coordenador (pelo Município) deverá ser considerado elemento *pivot* da estrutura e terá três funções principais:

1. Gerir a componente da implementação das medidas delineadas, articulando-se com os responsáveis por cada uma das medidas, sejam específicas, sejam transversais;
2. Coordenar as reuniões dos elementos da equipa de monitorização e acompanhamento de carácter trimestral;
3. Produzir os relatórios de monitorização do Plano e os relatos/conclusões das unidades orgânicas envolvidas, plasmadas nas fichas de monitorização.

A gestão da monitorização será efetuada através de reuniões periódicas com os responsáveis pelas medidas, sejam individualizadas ou conjuntas. Por sua vez, a equipa de monitorização/coordenação trabalhará não só a monitorização da execução mas também o impacto das medidas na comunidade de NPT residente no concelho de Viana do Castelo.

Quadro 16 - Tipologia, âmbito de intervenção e perfil por unidade orgânica do Modelo de Governação

	TIPOLOGIA	ÂMBITO DE INTERVENÇÃO	PERFIL
EQUIPA DE GESTÃO (Município de Viana do Castelo)	Órgão de decisão	Aprovação e validação das propostas, medidas e cronograma do Plano. Acompanhamento no seu cumprimento.	Formação e/ ou experiência na matéria. Poder de decisão e reconhecimento na organização Municipal.
EQUIPA DE COORDENAÇÃO (Equipa dos Migrantes - e plataforma de Acompanhamento)	Órgão de execução e de coordenação	Coordenação da implementação através da colaboração com os diferentes responsáveis pelas medidas. Monitorização e controlo da implementação das medidas, em termos da sua calendarização e execução, bem como da aferição dos seus impactos na comunidade.	Poder de decisão e reconhecimento na organização. Dinamismo, capacidade de mobilização e de compromisso. Capacidade analítica, crítica e de cooperação.

EQUIPAS DE IMPLEMENTAÇÃO	Equipas executivas	Instituições e responsáveis individuais pela execução das medidas, gerindo os recursos necessários para a sua implementação e assegurando o cumprimento do prazo previsto, junto com a elaboração de relatórios sumário da sua execução, em ficha própria.	Equipas executivas Responsáveis de unidades orgânicas. Capacidade de mobilização.
--------------------------	--------------------	--	---

5.1. Cronograma

Para a operacionalização do PMMVC foi estabelecido um o período de execução das medidas, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 17 - Cronograma de operacionalização das medidas previstas

Área	Medida	2018		2019		2020		Responsável
		1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	
Mercado de trabalho e empreendedorismo	M1. Formação em técnicas de procura ativa de emprego.							IEFP
	M2. Organização de sessões de divulgação, junto dos NPT, sobre a oferta formativa em áreas profissionais/operacionais.							IEFP ESS_IPVC
	M3. Promoção de sessões de sensibilização/informação sobre direitos e deveres no trabalho.							CMVC ACT
	M4. Atualizar e republicar uma brochura sobre direitos e deveres dos trabalhadores, traduzida nas línguas das comunidades NPT mais representativas.							CMVC ACT
	M5. Formação em <i>Competências básicas em contexto de trabalho</i> .							CMVC
	M6. Promoção de sessões de informação sobre os fundos disponíveis para a criação do próprio negócio.							CMVC- SGEAE; IEFP
	M7. Criação de uma brochura com informação traduzida sobre os apoios ao empreendedorismo.							CMVC- SGEAE; ANDC
	M8. Promoção de ações de sensibilização/ informação para as empresas do concelho na área da responsabilidade social e boas práticas na integração de Imigrantes.							CMVC; ACT; AEVC
Educação e Língua	M9. Formação em língua portuguesa: <i>Português para Todos</i> .							IEFP; ESM;
	M10. Organização de 80 horas de aperfeiçoamento da língua portuguesa.							CMVC-GCS (BLV)
	M11. Organização de 80 horas de língua portuguesa-nível básico.							CMVC- GCS
	M12. Organização de 2 horas semanais de apoio ao estudo, durante 2 anos letivos, para ensino básico, secundário e superior.							CMVC-GCS

Área	Medida	2018		2019		2020		Responsável
		1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	
Capacitação e Formação	M13. Formação modular certificada em áreas profissionais operacionais.							IEFP
	M14. Formação em <i>Marketing Pessoal</i> .							CMVC;
	M15. Formação em <i>Informática</i> aplicada à integração sociocultural.							CMVC
	M16. Garantir, pelo menos, uma vaga, em cada um dos cursos da Escola de Hotelaria e Turismo, para cidadãos NPT							EHTVC
	M17. Garantir, pelo menos, uma vaga, em cada um das sessões do projeto “Saberes em Teia”							CMVC
Cultura	M18. Distribuição e divulgação da agenda cultural e outras informações culturais pela comunidade de NPT, via correio normal e correio eletrónico.							CMVC_GCS; Caritas- CLAIM
	M19. Colocação da agenda cultural em pontos estratégicos, com apoio dos parceiros							Equipa dos Migrantes
	M20. Possibilidade de participação em atividades promovidas pelos grupos folclóricos.							CMVC-GCS; AGFAM
	M21. Oferta de bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais.							EPMVC
	M22. Participação nas oficinas de formação em teatro para crianças e jovens							CDV
	M23. Promoção de encontros interculturais							Equipa dos Migrantes
	M24. Organização de visitas a locais de interesse							CMVC

Área	Medida	2018		2019		2020		Responsável
		1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	
Cidadania e Participação Cívica	M25. Promoção de espaços de debate, reflexão, projeção pública em matérias que interessam e preocupam os jovens imigrantes.							AJD
	M26. Integração de cidadãos NPT no grupo de colaboradores do <i>Ciclo (Re) Pensar a cidadania no Mundo Global</i> (sessões mensais com filmes comentados).							GEED-ESS-IPVC
	M27. Integração de cidadãos NPT no <i>Curso Livre</i> , dando testemunhos sobre as suas vivências pessoais.							GEED-ESE-IPVC
	M28. Incluir a temática das migrações no currículo do Curso livre							GEED-ESE-IPVC
	M29. Criação de uma campanha de sensibilização, junto dos cidadãos NPT, para a prática do voluntariado							CMVC-GCS
	M30. Formação em “Cidadania e Cultura Portuguesa”							CMVC
Serviços de Acolhimento e Integração	M31. Manutenção de um gabinete local de apoio à integração de migrantes							Caritas- CLAIM
	M32. Implementação, a nível local, o programa de mentores para migrantes							CMVC-GCS (BVL)
	M33. Criação de um guia dos recursos disponíveis na comunidade, nas línguas das comunidades de migrantes mais representativas							CMVC
	M34. Criação e disponibilização de aplicação móvel que facilite a integração dos cidadãos estrangeiros							CMVC
Saúde	M35. Formação na área da cultura e tradições das principais comunidades de cidadãos NPT representadas no concelho							ACES-UCC; CMVC-GCS; Cáritas (CLAIM)
	M36. Manutenção de um gabinete de mediação e informação no acesso aos serviços de saúde - Gabinete Intercultural de Saúde (GIS).							CMVC-GCS; ULSAM
	M37. Distribuição de brochuras sobre saúde sexual, dependências e violência doméstica, em pontos estratégicos							IPVC -ESS; ULSAM (UCC e USF)
	M38. Disponibilização e divulgação de vídeos sobre a maternidade nas redes sociais e outros locais estratégicos.							IPVC -ESS; ULSAM (UCC e USF)
	M39. Distribuição de brochuras com informação sobre maternidade em locais estratégicos.							IPVC -ESS; ULSAM (UCC e USF)
Solidariedade e Resposta Social	M40. Atendimento e acompanhamento de cidadãos NPT nas áreas das dependências, VIH e violência doméstica.							GAF
	M41. Informação periódica, às entidades locais, sobre a operacionalização das medidas de integração de NPT.							CMVC-GCS; Caritas- CLAIM;
	M42. Ação de formação de 16h (4x4 horas) <i>Excelência na comunicação e atendimento-para situações especiais competências excepcionais.</i>							CMVC-DAS
	M43. Formação em <i>Competências culturais em contextos de migração.</i>							CMVC-DAS

Área		2018		2019		2020		Responsável
		1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	
Media e Sensibilização pública	M44. Recolha de informação para notícias periódicas sobre os NPT.							Equipa dos Migrantes; Rádios Locais
	M45. Organização de uma coluna de informação NPT numa publicação local.							CMVC-GCS; Jornal Alto Minho
	M46. Manutenção do grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no Facebook							CMVC
	M47. Workshops dinamizados por cidadãos NPT em áreas da sua competência (gastronomia, artesanato, danças, entre outras áreas)							CMVC
	M48. Organização de 3 seminários/ conferências no âmbito do estudo das migrações.							CMVC; ASSOCIAM
Racismo e Discriminação	M49 Criação de um programa de entrevistas aos cidadãos NPT sobre os seus países de origem e a ser difundido nos <i>media</i> locais.							CMVC; Rádios Locais
	M50. Promoção de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a profissionais dos serviços públicos							CMVC
	M51. Realização de ações de sensibilização de combate à discriminação dirigida a empresários.							CMVC, ACT, SEF, AEVC
	M52. Estabelecimento de um dia escolar dedicado à “multiculturalidade							Agrupamentos de Escolas
Urbanismo	M53. Sessões de sensibilização destinadas a agentes imobiliários e arrendatários							CMVC; Rádios Locais
Relações Interculturais	M54. Realização de intercâmbios para conhecimento de outras regiões.							AJD
	M55. Promoção da participação gratuita de cidadãos NPT no Festival Internacional de Folclore.							CMVC-GCS;
Desporto e Lazer	M56. Distribuição da informação disponível sobre atividades desportivas e recreativas							CMVC; Caritas-CLAIM
	M57. Possibilidade de inscrição e participação gratuita de NPT nas modalidades disponíveis							CMVC-DEDQV; EDV; Clubes Desportivos
	M58. Participação de crianças e jovens em atividades desportivas							EDV

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLAS, Núcleo Executivo (2013) - **Diagnóstico Social de Viana do Castelo**. [em linha] Viana do Castelo. [Consultado em 2017/11/20] Disponível na Internet: <http://goo.gl/HRiSlK>
- INE (2011) - **Classificação Portuguesa das Profissões**. [em linha] Lisboa. [Consultado em 2017/12/14] Disponível na Internet: <http://goo.gl/mctMmQ>
- INE (2011) - **Censos 2011**. [em linha] Lisboa. [Consultado em 2017/09/14] Disponível na Internet: <http://goo.gl/mctMmQ>
- Moraes, M. (2013) - **Prática desportiva, bem-estar subjetivo e integração social de jovens imigrantes em Portugal**. Porto. Tese de doutoramento em Ciências do desporto apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- Oliveira, C. R.; Gomes, N. (2017) - **Indicadores de Integração de Imigrantes, Relatório Estatístico Anual**. 1.ª Edição, ACM, IP. ISBN: 978-989-685-089-0
- UNICEF - **A UNICEF Guide for Monitoring and Evaluation Making a Difference?** [em linha] [Consultado em 2015/03/25] Disponível na Internet: <http://preval.org/documentos/00473.pdf>

6.2. Páginas de *Internet* Consultadas

- Instituto Nacional de Estatística - INE: www.ine.pt
- Base de Dados Portugal Contemporâneo - PORDATA: <http://www.pordata.pt>
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras - SEF: <http://www.sef.pt>
- Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP: <http://www.iefp.pt>
- Eurostat ec.europa.eu/Euro

